



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

MARA EDILARA BATISTA DE OLIVEIRA

Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba



JOÃO PESSOA - PB
2010

O desenho da capa é de Regina Paula do Nascimento Santana*

Aluno da 2^a série (2005), da Escola Padre Ladislau

Acampamento Lagoa do Piauí – Luzilândia/PI.

Publicado no Catálogo do Concurso Nacional de Redações e desenhos realizados pelo MST em 1998:
Desenhando o Brasil.

MARA EDILARA BATISTA DE OLIVEIRA

Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profª. Drª. María Franco García

JOÃO PESSOA - PB
2010

MARA EDILARA BATISTA DE OLIVEIRA

Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. María Franco García
Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Professora Dr^a. Marco Antônio Mitidiero Júnior
Examinadora Externa
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Professora Dr^a. Emilia de Rodat Moreira
Examinadora Interna

JOÃO PESSOA – PB
2010

O48t

Oliveira, Maria Edilara Batista de.

Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba / Maria Edilara Batista de Oliveira. - João Pessoa, 2010.

142p. : il.

Orientadora: Maria Franco Garcia

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Assentamentos rurais – Educação no Campo – Paraíba. 2. MST - Educação. 3. Movimentos sociais.

UFPB/BC

332.021.8:37(043)

CDU:

Agradecimentos

Esta pesquisa só se fez possível pela ajuda e compreensão de pessoas que marcaram intensamente este trabalho, que hoje se apresenta enquanto dissertação de mestrado, às quais sou muito grata. Entre elas gostaria de me referendar a algumas que foram de primordial importância neste processo:

- Em primeiro lugar à minha orientadora, María Franco García, que me acolheu como orientanda e amiga desde a graduação até o final desta pesquisa de mestrado;
- Aos meus amigos fiéis do grupo de pesquisa CEGeT-PB: Lima, Kátia, Shauane, Alexandre, Helen, Romina, Thiaguinho, Thiagão, Karol e Juliana, que acompanharam todo o processo de construção desta pesquisa, e, muitas vezes, foi com quem eu pude contar para o trabalho de campo, aplicar questionários, e muitos outros momentos deste trabalho;
- Ao meu namorado, Yure Silva Lima, que foi companheiro, compreensivo, amoroso e que me deu total apoio em todos os momentos desta pesquisa;
- A alguns amigos da universidade que me acompanharam durante esses anos e que gostaria de lembrar com carinho: Victor, Rafaela, Jorge, Raquel, Lairton, Thiago Araújo, Marcos Aurélio, Gustavo, Nirvana, Everton, Áurea e Luana;
- À professora Emília, não só por estar aqui hoje nesta banca examinadora, mas por ter sido participante efetiva desta pesquisa, por ter me orientado várias vezes em que precisei da sua carga teórica, principalmente em Geografia da Paraíba, e por ter me acolhido de bom grado no estágio de docência de sua disciplina;
- À professora Mônica Molina, pela presteza de aceitar participar desta banca de defesa desde o primeiro convite, sempre se mostrando aberta e solícita aos impasses deste trabalho, e pela grande contribuição no momento de qualificação da pesquisa;
- E, finalmente, à minha família, fortaleza e conforto de todos os dias que perpassaram a construção desta pesquisa. Aos meus irmãos: Elaine, Luciana e Neto, pelo apoio incondicional. Aos meus cunhados, Agenor e Fernandes, pelo grande apoio. E à minha mãe, que me deu principalmente confiança e a esperança de que, na vida, quando se quer, tudo é possível.

A todos esses, o meu muito obrigada.

Dedico este trabalho a todas as crianças sem-terra na Paraíba que lutam, junto com suas famílias, por uma educação de qualidade nas áreas de acampamentos e assentamentos do MST.



É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas dos judiciários, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem cercas e

a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome.

Pedro Tierra, 1995

RESUMO

Na busca de contribuir, através da pesquisa, na construção de uma educação de qualidade para as escolas do campo, apresentamos as condições educacionais atuais (2010) de diferentes áreas de Assentamentos rurais de Reforma Agrária na Paraíba para, a partir da sua análise, contribuir para a construção de caminhos de superação da realidade posta. Partimos da premissa de que existe um descompasso educativo histórico/espacial das famílias que vivem e trabalham no campo e que existem também formas de organização da classe trabalhadora que lutam por reverter esse quadro. Diante disso o nosso objetivo de pesquisa é analisar o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) por uma educação do/no campo no estado da Paraíba, como a expressão de uma dessas formas de organização de classe.

A realidade presente nas escolas dos Assentamentos do MST no estado é reflexo histórico das condições educacionais que foram negadas as famílias de trabalhadores rurais. As lutas de camponeses e trabalhadores na Paraíba fazem parte do seu processo histórico de formação territorial. Podemos destacar as décadas de 1940-50 como um momento importante na organização camponesa em forma de Ligas. Organizados em Ligas Camponesas os trabalhadores rurais reivindicaram o fim do pagamento da renda da terra, e posteriormente a Reforma Agrária. Com o extermínio das Ligas em 1964, e o desmembramento do PCB no estado, surgem organização de trabalhadores rurais por meio de sindicatos rurais e, já na década de 1970, por meio da Pastoral da Terra, que veio posteriormente se configurar em Comissão Pastoral da Terra – CPT. Ao final da década de 1980 e inícios da década de 1990, o MST iniciou suas primeiras mobilizações de luta pela terra no estado, e desde a sua primeira ocupação levantou a bandeira pela educação nos territórios conquistados. Reivindicava-se não uma escola qualquer, mas uma escola que resgatasse a história e a cultura dos camponeses e trabalhadores sem-terra. Atualmente dos 299 projetos de assentamentos rurais na Paraíba apenas 37 foram conquista da organização do MST e desses 37 tão só 10 possuem escolas. A dinâmica e significado dessas 10 escolas para a luta do MST é o nosso objeto de estudo. As condições de funcionamento, infra-estrutura, formação político-pedagógica, muitas vezes distantes do ideário do Movimento, falta de autonomia em relação ao ensino oficial e os limites colocados pela compreensão de uma educação voltada para a classe dominante, são questões que tentamos, senão responder, interpretar à luz das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo hoje.

Palavras-chave: Educação do/no Campo; Escola; Territorialização do MST; Assentamentos Rurais de Reforma Agrária; Paraíba

ABSTRACT

In seeking to contribute, through research, in building a quality education for rural schools, we presented the conditions of modern education (2010) from different areas of rural Agrarian Reform Settlements in Paraíba for, from your analysis, construct ways of overcoming the reality challenged. Our premise is that there is a mismatch history educational / space of families who live and work in the field and there are also ways of organizing the working class who struggle for autonomy. " Given this, our research goal is to analyze the process of territorialization of the Movement of Landless Workers (MST) by education / field in the state, as the expression of one of these forms of class organization.

The current reality in schools in the MST settlements in state history is a reflection of the educational conditions that have been denied the families of rural workers. The struggles of peasants and workers in Paraíba are part of its historical process of territorial formation. We highlight the decades of 1940-50 as an important moment in the peasant organization in the form of alloys. Peasant leagues organized rural workers and peasants dispossessed of their land rights, claimed the return to them and better working conditions. Even with the extermination of leagues in 1964, these workers organized in unions remained Rural and subsequently by the CPT. At the end of the 1980s and early 1990s, the MST began its first mobilization for the struggle for land in the state, and since its occupation first raised the banner of education in their territories. Claimed is not yet any one school but a school that rescued the history and culture of peasants and landless workers. Currently the 299 projects of rural Paraíba only 37 wins were the organization of the MST and those only 10 have 37 schools. The dynamics and meaning of these 10 schools for the MST struggle is our object of study. Operating conditions, infrastructure, political and pedagogical training, many times far from the ideals of the movement, lack of autonomy from the official teaching and understanding of the limits posed by an education aimed at the ruling class, are issues that we tried, but answer, in light of the contradictions of capitalist development in the field today.

Keywords: Education / Field; School; Territorialization MST; Rural Settlements Land Reform; Paraíba

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos no Brasil, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008	57
Gráfico 02: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos no Nordeste, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008	58
Gráfico 03: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos na Paraíba, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008	60
Gráfico 04: Percentual de alunos matriculados em escolas localizadas na zona urbana e rural na Paraíba – Ensino Infantil, Inep - 2008	63
Gráfico 05: Percentual de alunos matriculados em escolas na zona urbana e rural na Paraíba – Ensino Fundamental, Inep – 2008	64
Gráfico 06: Percentual de alunos matriculados em escolas na zona urbana e rural na Paraíba – Ensino Médio, Inep – 2008	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Escolas visitadas durante o trabalho de campo, em novembro de 2008	24
Tabela 02: Escolas visitadas durante o trabalho de campo, em março de 2009.	25
Tabela 03: Escolas visitadas durante o trabalho de campo, em fevereiro de 2010	26
Tabela 04: Setores do MST organizados na Paraíba	48
Tabela 05: Taxa de analfabetismo da população brasileira de 15 anos ou mais, segundo as grandes Unidades Geográficas – 2009	57
Tabela 06: Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais no Nordeste, segundo as grandes Unidades da Federação – 2010	59
Tabela 07: Municípios que possuem população rural em idade escolar do Ensino Infantil superior a 50% na Paraíba e alunos matriculados na zona urbana também superior a 50%, e as respectivas taxas percentuais – 2010.....	67
Tabela 08: Municípios que possuem população rural superior a 50% na Paraíba e alunos matriculados na zona urbana igual a 100%, e as respectivas taxas percentuais – 2010	69
Tabela 09: Municípios que possuem população rural em idade escolar do Ensino Fundamental superior a 50% na Paraíba e alunos matriculados na zona urbana também superior a 50%, e as respectivas taxas percentuais – 2010.....	72
Tabela 10: Escolas presentes nos Assentamentos Rurais do MST na Mesorregião da Mata Paraibana, PB – 2009	90
Tabela 11: Caracterização dos espaços físicos da escola da Brigada Almir Muniz – 2009	92
Tabela 12: Caracterização dos níveis e modalidades de ensino ofertados nas escolas da Brigada Almir Muniz – 2009	93
Tabela 13: Caracterização dos espaços físicos da escola da Brigada Regional João Pedro Teixeira – 2009	94

Tabela 14: Caracterização dos níveis e modalidades de ensino ofertados nas escolas da Brigada Regional João Pedro Teixeira – 2009	95
Tabela 15: Escolas presentes nos Assentamentos Rurais do MST na Mesorregião do Agreste Paraibano, PB – 2009	102
Tabela 16: Caracterização dos espaços físicos da escola da Brigada Regional Caetés – 2009	101
Tabela 17: Caracterização dos níveis e modalidades de ensino ofertados nas escolas da Brigada Regional Caetés – 2009	103
Tabela 18: Escolas presentes nos Assentamentos Rurais do MST na Mesorregião do Sertão Paraibano, PB – 2009	104
Tabela 19: Caracterização dos espaços físicos da escola da Brigada Regional Patativa do Assaré – 2009	105
Tabela 20: Caracterização dos níveis e modalidades de ensinos ofertado nas escolas da Brigada Regional Patativa do Assaré – 2009	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização dos Assentamentos Rurais do MST com escola na Paraíba – 2010	23
Mapa 02: Brigadas Regionais do MST na Paraíba – 2009	43
Mapa 03: Territorialização e espacialização do MST na Paraíba: acampamentos e assentamentos – 2010	44
Mapa 04: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos por município na Paraíba, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008	61
Mapa 05: População em idade escolar rural e urbana por município na Paraíba: Ensino Infantil, 2010.....	65
Mapa 06: Relação de número de matriculados no Ensino Infantil em escolas localizadas na zona urbana e rural por município na Paraíba, Inep – 2009	66
Mapa 07: População em idade escolar rural e urbana por município na Paraíba: Ensino Fundamental, 2010.....	69
Mapa 08: Relação de número de matriculados no Ensino Fundamental em escolas localizadas na zona urbana e rural por município na Paraíba, Inep – 2009	70

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 01: Estrutura Organizacional e Escalar do MST no Brasil – 2009	46
Figura 02: Tipos de transportes utilizados por alunos/as para chegarem às suas escolas, nas áreas de assentamentos rurais na Paraíba	62
Imagen 01: Sala de aula da escola do Assentamento Chico Mendes, município de Riachão do Poço. Na imagem podemos observar a ausência de simbologias próprias do MST em sala de aula e de elementos da mística da conquista da terra	95
Imagen 02: Salas por uma tela de pano, do outro lado é a outra sala de aula. (Esc. Mun. de Ens. Fund. Beatriz Lopes, Assentamento Antonio Conselheiro, município de São Miguel de Taipú)	98
Imagen 03: Novo prédio construído para o funcionamento da escola Zumbi dos Palmares	101
Figura 03: Escola do Assentamento Gruta Funda e as condições físicas e climáticas em que se encontram	102
Imagen 04: Organização da sala multisseriada para atender aos diferentes níveis escolares em um único ambiente (Escola do Assentamento Gruta Funda, Algodão de Jandaíra, PB)	103
Imagen 05: Antiga casa da fazenda Jacú, hoje Sede do Centro de Formação do MST no Estado da Paraíba, onde funciona a escola do Assentamento Patativa do Assaré	106
Imagen 06: Estrutura física da escola já existente na fazendo Curtume e que hoje é a Escola do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, localizado no município de Catingueira	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CAPÍTULO 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO MST NA PARAÍBA	30
1.1 A história da luta pela terra na Paraíba: das Ligas Camponesas aos mo- vimentos sociais no campo	31
1.2 O MST na Paraíba	37
1.2.1 Territorialização e espacialização do MST na Paraíba	39
1.2.2 Estrutura e organização do MST na Paraíba	45
1.3 A bandeira de luta do MST por educação e a consolidação do Setor de Educação na Paraíba	49
CAPÍTULO 2 – O DESCOMPASSO EDUCATIVO HISTÓRICO E ESPA- CIAL NO CAMPO BRASILEIRO: IMPASSES E DESAFIOS NA CONS- TRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO	54
2.1 Do descompasso educativo histórico/espacial no campo à construção do projeto de Educação do/no Campo	56
2.2 As conquistas na luta por uma educação de qualidade no campo: os ca- minhos possíveis	74
2.3 O paradigma da Educação do/no Campo e o movimento pela sua efetiva- ção	76
2.4 A educação formal para consolidação do capital: impasses e desafios	79
CAPÍTULO 3 – A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUERE- MOS: AS ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST NA PA- RAÍBA	84
3.1 A luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba: a escola que temos e a escola que queremos	85
3.2 As escolas dos Assentamentos Rurais do MST nas Brigadas Regionais na Paraíba	89
3.3 Construindo uma escola do MST na Paraíba: desafios na implementação da educação para a emancipação humana	109
3.3.1 A escola Zumbi dos Palmares	110
3.4 Territorialização da educação do MST na Paraíba: entraves e impasses ..	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126
ICONOGRAFIA DA PESQUISA.....	132
APÊNDICE.....	138

ANEXO	142
-------------	-----

Introdução

O surgimento de movimentos sociais e organizações de classe, assim como de comissões combativas da Igreja Católica, são evidências históricas de que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado, muito embora a história oficial da formação territorial do Brasil não tenha evidenciado esse fato. Há, portanto, uma história e uma geografia a serem resgatadas e esse exercício se apresenta, tanto para os movimentos sociais como para os pesquisadores, professores e trabalhadores, como um caminho metodológico no processo de ensino-aprendizagem da geografia da luta pela terra e pela reforma agrária no país.

O interesse de tentar entender a geografia da luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba, por meio da ação educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surgiu ainda na graduação quando participei como bolsista do PIBIC/CNPq no projeto intitulado “Geografia e Educação do Campo nos Assentamentos do MST em Mari – PB”. Essa pesquisa possibilitou o desenvolvimento do trabalho de conclusão do Curso de Bacharel em Geografia junto ao Departamento de Geociências da UFPB, intitulado: “Geografia do MST na Paraíba: a luta por uma educação do/no campo no processo de territorialização do assentamento Zumbi dos Palmares”. Nesse trabalho realizamos um estudo da proposta educativa do MST na Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares e a sua relação com a formação territorial desse assentamento, localizado no município de Mari, na região da Mata Paraibana. Encontramos na Escola Zumbi dos Palmares, além de grandes dificuldades de funcionamento, decorrentes, principalmente: a) da falta de infraestrutura apropriada para as atividades escolares; da escassez de equipamentos, tanto para a preparação das aulas como para o bom funcionamento das mesmas, tais como computadores¹, impressoras, internet, carteiras, mesas; c) da existência de turmas multisseriadas, ou seja, de turmas formadas por alunos em mais de um nível escolar; d) das dificuldades relatadas pelas professoras e direção da escola, vinculadas ao atraso permanente por parte da prefeitura municipal de Mari, na entrega da “merenda escolar” (OLIVEIRA, 2007). Também foram identificados empecilhos para o desenvolvimento de uma prática educativa adequada, tais como: o acesso dos alunos/alunas assentadas e professores à escola e, a inexistência de formação político-pedagógica dos sujeitos, tanto por parte do MST como pela prefeitura municipal de Mari, na busca de uma educação diferenciada.

¹ Ainda se roda prova em mimeógrafo; quando se tem esse equipamento na escola é porque se conseguiu há pouco tempo e depois de muitos esforços.

Paralelamente, ainda na pesquisa da monografia, constatamos na Escola Zumbi dos Palmares, um processo de luta por uma educação não só de qualidade, mas também por uma educação para a emancipação do trabalhador do/no campo. Essa proposta de educação partiu do MST por meio de práticas pedagógicas contempladas no projeto político-pedagógico (PPP) da escola que buscavam fortalecer a identidade dos seus próprios sujeitos, os sem-terra, e resgatar a história e memória da classe trabalhadora no campo. A Secretaria de Educação Municipal de Mari, responsável legal pela escola, resistiu em pôr em andamento essa proposta. Porém, a principal dificuldade de se colocar em práticas as propostas pedagógicas do MST e da Educação do Campo nesta escola estudada, foi o fato dos professores não conhecerem a realidade vivenciada pelas crianças durante os processos de luta pela terra nos quais essas crianças estiveram envolvidas, não contribuindo, desta forma, com a valorização do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças. Nesta pesquisa percebemos que um processo de transformação da escola estava em curso, com plena participação das mães, pais, diretores e militantes do MST na melhoria das condições educacionais desta escola.

O trabalho de conclusão de curso de graduação nos deu subsídios para elaborar uma proposta de pesquisa em nível de mestrado que analisa o processo de territorialização da luta por uma educação diferenciada do MST no Estado da Paraíba. Entendemos o processo de territorialização como a construção de territórios para além da conquista da terra, mas que compreende também a conquista de escola/educação de qualidade.

As questões que permeiam nossa análise passam por desvendar que educação é essa. Quais são as bases ideológicas que fundamentam sua pedagogia? De que forma ela contribui na construção da identidade sem-terra e da classe trabalhadora no campo hoje? E de que forma essa educação incide na construção dos territórios do MST no estado?

Desde o início da década de 1980 foi-se afirmado na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito de todos e todas, e um dever do Estado. Foi assim que os movimentos estudantis saíram nas praças e ruas se mobilizando pelo direito à escolarização. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas do avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes e jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Consequentemente, como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (2004), ficaram à margem. Por isso, podemos afirmar que a luta pela escola no e do campo foi secundarizada pelos movimentos sociais rurais até os anos 1990.

Na década de 1980, no Nordeste, foi criado o “Projeto Nordeste de Educação Básica” – EDURURAL. Um programa destinado à melhoria da escolarização rural, que tinha na sua proposta o objetivo de erradicar a miséria no campo e diminuir tensões sociais por meio do incentivo à educação escolar. Na Paraíba, como em grande parte do Nordeste, o EDURURAL atuou apenas como política assistencialista do governo federal direcionada para o estado e municípios.

Nessa mesma década o MST realizou o “I Encontro Nacional”, em Curitiba no Estado do Paraná, trazendo a necessidade de fortalecer a luta social para conquistar mudanças. Nos debates ocorridos nesse encontro, a discussão sobre a incorporação do que se entendia por uma “escola cidadã”² foi apresentada como possibilidade democrática para a educação, trazendo uma nova perspectiva também para a escola do campo.

Foi a partir da última década do século XX, com o enfraquecimento do sistema público de *Extensão Rural*³, assim como o enfraquecimento das práticas em torno da *Educação Popular*⁴, projetos iniciados na metade do século, que verificamos o crescimento do interesse das organizações e movimentos populares pela educação escolar representadas, principalmente, por ações desenvolvidas pelo MST. Segundo Arroyo (2004), a crise de valores e representatividade que envolveu o mundo das organizações dos trabalhadores na década de 1990 fez com que a sociedade civil elaborasse uma nova e positiva forma de organização popular no campo. Esta nova forma é representada pelo movimento *Por uma Educação do Campo*.

Esse movimento teve como marco inicial a I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo realizada no Estado de Goiás, em 1998. Nela pontuou-se como objetivo principal

²O movimento pela “Escola Cidadã”, por uma educação para e pela cidadania, nasceu no final da década de 1980 na educação municipal. A Escola Cidadã está fortemente enraizada no movimento de educação popular comunitária que se traduziu pela expressão *escola pública popular* com uma concepção e uma prática da educação realizada em diversas regiões do país (GADOTTI, s/d).

³ Projeto educativo que consistia no deslocamento de agrônomos, educadores e assistentes sociais para ensinar às famílias do campo novas técnicas de plantio e gestão do lar. Proposta esta conceituada como ação educacional com vistas a promover mudanças comportamentais e culturais nos trabalhadores do campo. Nessa perspectiva, a Extensão Rural passa também a ter significado de “ajuda técnica e financeira” como “ferramenta” de educação. Significado este que será estendido à Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em 1954, ano da sua criação. O principal intelectual dessa ampliação polissêmica no país foi o especialista da FAO, Willy Johanan Timmer que, em 1951, ministra, na Paraíba, o primeiro curso de Extensão Agrícola no Brasil. O resultado dessa experiência é o livro *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola: Bases e Diretrizes da Agro-nomia Social Aplicada com Referência Especial ao Brasil e outros Países da América Latina* (CALLOU, 2006).

⁴ Na Paraíba se apresentava como a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceclar), e atuou no período 1961-64. Foi pioneira na utilização do “método” Paulo Freire. Alfabetizava aproximadamente quatro mil pessoas quando foi extinta pelo golpe militar. Em termos institucionais, a Ceclar nasceu como resultado da articulação entre o governo estadual e estudantes universitários, no final de 1961. O propósito inicial era o de realizar um trabalho social abrangente, que integrasse desde noções de higiene e sanitário até a alfabetização de crianças, jovens e adultos nos bairros mais pobres de João Pessoa - PB. Tais bairros eram desprovidos de obras de infra-estrutura, apresentavam altos índices de analfabetismo e desemprego, fatos que evidentemente resultavam nas péssimas condições de vida da população (CALLOU, 2006).

ajudar a recolocar o rural e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país, e desta forma implementar um projeto de desenvolvimento social e territorial para o Brasil que introduzisse no meio rural a educação como estratégia de inclusão (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Como resposta às demandas e lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade surge, ainda, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)⁵. O programa formula-se como uma política pública de Educação do Campo a ser desenvolvida em áreas de Reforma Agrária. Na Paraíba esse programa atua juntamente com professores e professoras das instituições de ensino parceiras, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁶ e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além de outros colaboradores. O Pronera é responsável no estado pela formação de mais de três mil jovens e adultos, entre alfabetização, cursos técnicos de nível médio, superior e de pós-graduação. Esse programa foi conquista das reivindicações/mobilizações dos movimentos sociais no campo e, entre eles, em especial o MST, que foi pioneiro ao levantar a bandeira de luta por uma educação de qualidade para a classe trabalhadora do campo.

Desde o momento em que se levanta essa bandeira de luta no movimento, se estabelece que todo acampamento e assentamento deveriam ter uma escola e, de preferência, que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004), mas sim que esse projeto de educação incorporasse à escola uma educação do campo, que é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais em sua implementação.

Para a realização da pesquisa recorremos ao uso de técnicas qualitativas como: a) entrevistas semiestruturadas junto à coordenação estadual do MST na Paraíba, onde conseguimos constatar quanto à sua formação espacial no estado, que até abril de 2010, dos 299 projetos de assentamentos rurais na Paraíba⁷, 37 foram conquista da luta e organização do MST. E que desses 37, apenas 10 possuem escolas dentro das áreas de assentamentos. É importante

⁵ O Pronera atua em todos os níveis de ensino, desde a alfabetização ao ensino superior. O programa é uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), os governos federal, estadual e municipais, as universidades, assentados, acampados e movimentos sociais, com papéis bem definidos.

⁶ Em parceria com a UFPB o Pronera, que atua na Paraíba através da parceria Inca/UFPB, já oferece em 2009 dois cursos de nível superior, sendo a Paraíba o estado pioneiro no Brasil na implantação dos cursos de Licenciatura em História para Educadores da Reforma Agrária, no Campus da UFPB, em João Pessoa, e Graduação em Ciências Agrárias com Licenciatura Plena, no Campus da UFPB, em Bananeiras. Os cursos, que tiveram início em 2004 e foram concluídos em 2008, receberam alunos de todo o Brasil. Além das graduações e cursos técnicos, a Paraíba oferece curso de Pós-graduação em Residência Agrária que reúne alunos de todo o Nordeste no Campus da UFPB em Bananeiras.

⁷ Esses projetos foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca-PB).

lembra que essas escolas são todas escolas municipais geridas pelas prefeituras locais dos municípios que comportam esses assentamentos. Assim, as dificuldades enfrentadas na implementação de uma educação diferenciada nessas escolas estão, de alguma forma, interligadas aos parâmetros dessa administração; b) resgate histórico de vida onde buscamos a história da luta por educação e escola nas áreas de assentamentos rurais pesquisados.

É importante, ainda, destacar que, apesar do nosso ponto de partida para o entendimento da territorialização da luta do MST por educação ser as 10 escolas do MST no estado, não nos restringimos ao “espaço escola” como único espaço educativo na construção de educação do/no campo, porém, priorizamos esse espaço diante do entendimento de que é nele onde deve ser dado o primeiro passo na busca de mudanças efetivas e qualitativas na concepção educativa que se está construindo para o campo. Assim, a partir dessa seleção ou recorte inicial do nosso objeto, metodologicamente, alguns passos da pesquisa foram dados. Em primeiro lugar, localizamos o nosso objeto de estudo, as escolas localizadas nos assentamentos rurais do MST no estado.

As escolas localizadas nas áreas de assentamentos rurais do MST na Paraíba estão distribuídas em várias regiões do estado. Com sua configuração regional própria, cada região imprime nas áreas de assentamentos rurais sua particularidade de formação do espaço agrário. A divisão regional em Mesorregiões do IBGE (ver mapa em anexo) subdivide o estado em quatro regiões, Mesorregiões da Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Essa divisão regional é entendida pelo IBGE como sendo:

uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (1988).

Quanto à organização do espaço agrário paraibano, a Mesorregião da Mata Paraibana caracterizou-se como a região canavieira por excelência; a Mata Atlântica nessa região sofreu forte degradação em função dessa atividade. A intensificação da atividade canavieira na região ocorreu a partir de 1975 com a implementação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Um dos rebatimentos sociais desse programa foi a intensificação da expropriação/expulsão dos produtores diretos. A partir de 1986 a crise do programa irá agravar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora rural. A expansão e a crise do Proálcool indiretamente provocaram a organização dos trabalhadores na região, na luta para permanecer na terra e por melhores condições de trabalho e de vida (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Na Mesorregião do Agreste Paraibano o processo de organização do espaço deu-se de forma mais plural, tanto no que se refere à estrutura fundiária, ao uso do solo, como às rela-

ções de trabalho. A policultura e a pecuária se constituíram nas formas dominantes de uso do solo, inicialmente praticadas por camponeses. A partir do Proálcool e do incentivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a projetos agropecuários nos anos de 1970, verificou-se o avanço da produção de cana e do gado nessa região, o que produziu mudanças profundas na paisagem, por meio da intensificação da concentração fundiária e do avanço do trabalho assalariado na mesma. Como resultado desse processo fortaleceu-se também a organização dos trabalhadores na luta por terra e melhores condições de trabalho. Chama atenção para o Brejo Paraibano, no interior do Agreste, pela mobilização dos trabalhadores por meio de sindicatos rurais⁸ atuantes (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Nas Mesorregiões da Borborema e do Sertão o processo histórico de organização do espaço deu-se com base na combinação “gado-algodão”. As relações de trabalho dominantes foram, historicamente, a parceria e o arrendamento⁹. Só a partir dos anos de 1970, com a expansão de projetos agropecuários financiados pela Sudene, é que se pode observar mudanças, sobretudo, na base técnica da produção e através do avanço da pecuária melhorada. Todavia, só com a crise do algodão, iniciada em 1985, é que se verifica mudanças mais profundas na organização do espaço agrário. Isso pela desarticulação das relações tradicionais do trabalho e intensificação do êxodo rural. Só a partir da década de 1990 é que se observa o avanço da luta camponesa na direção dessas regiões com a multiplicação de acampamentos, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos de 1990 com a instalação da CPT no Sertão e a penetração, para o interior do estado, das ações do MST (MOREIRA & TARGINO, 1997).

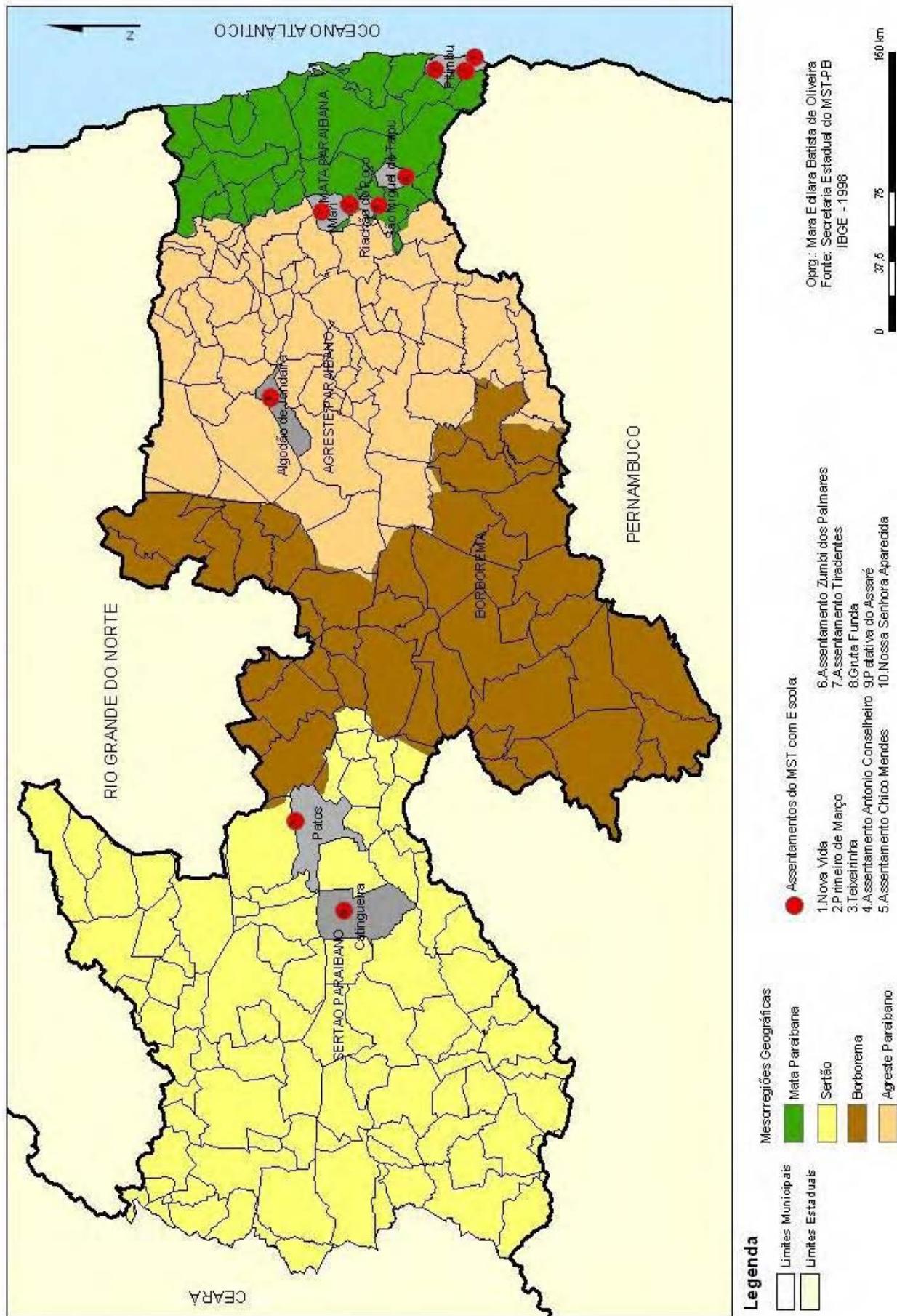
A localização das 10 escolas em Assentamentos Rurais do MST nas diferentes Mesorregiões do estado é seguinte: na Mesorregião da Mata Paraibana, assentamentos rurais liderados pelo MST com escolas: Nova Vida, Primeiro de Março, Teixeirinha no município de Pitimbu; Zumbi dos Palmares, Tiradentes no município de Mari; Chico Mendes no município de Riachão do Poço; e Antonio Conselheiro em São Miguel de Taipú. Na região do Agreste Paraibano encontramos apenas um assentamento liderado pelo MST que tem escola, o Assentamento Gruta Funda localizado no município de Algodão de Jandaíra. No Sertão Paraibano temos o Assentamento Patativa do Assaré, no município de Patos, e o Assentamento Nossa Senhora Aparecida, no município de Catingueira, ambos do MST, que têm escola, as quais

⁸ Destaca-se a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Alagoa Grande, com a pessoa de Margarida Maria Alves que foi assassinada por uma das oligarquias locais.

⁹ Estes trabalhadores cultivavam terra alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade, a título de renda da terra, aos proprietários das terras. As reivindicações destes eram de dois tipos: a luta pela redução das taxas de arrendamento; e a luta pela permanência na terra, pois no arrendamento o *arrendatário* deveria devolver as terras após três anos de uso, com pasto formado (MOREIRA & TRAGINO, 1997).

podem ser vistas no Mapa 01, que apresenta a localização dessas escolas nas mesorregiões geográficas na Paraíba.

Mapa 01: Localização dos Assentamentos Rurais do MST na Paraíba, 2010.



Após esse levantamento realizamos trabalhos de campo com o intuito de conhecer o universo escolar nessas áreas, interesse de nossa pesquisa. Esses trabalhos de campo foram realizados juntamente com os membros do Grupo de Pesquisa CEGeT-PB, durante o mês de novembro de 2008. Nesse período priorizamos as escolas localizadas na Zona da Mata Paraibana, como mostra a Tabela 01. Nela levantamos os dados relativos à localização dos assentamentos visitados por município e o número de famílias assentadas. Deste número absoluto de famílias assentadas, realizamos entrevistas com uma amostra de 10% deste número por assentamento pesquisado.

Tabela 01: Atividades realizadas nas escolas durante trabalho de campo.

Município	Assentamentos	Escolas	Número de famílias assentadas	Número de famílias entrevistadas (10%)	Outras Entrevistas
Pitimbu	Nova Vida	Esc. Mun. de Ens. Fund. de Nova Vida	132	13	03 professores, e a diretora da escola
Pitimbu	Primeiro de Março	Esc. Mun. de Ens. Fund. Reginaldo Claudino Sales	34	03	02 professores, diretora da escola e secretária da escola.
Pitimbu	Teixeirinha	Esc. Mun. de Ens. Fund. Teixeirinha	34	03	04 professores e a diretora da escola
Total	03	03	200	19	13

Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2008. MST. Secretaria Estadual da Paraíba. Relação dos Projetos de Assentamentos Rurais com número de famílias. João Pessoa, 2008

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

Em março de 2009 priorizamos as escolas no interior do estado, porém iniciamos o trabalho de campo em assentamentos ainda localizados na Mata Paraibana. Após isso adentramos para municípios no Agreste e só após essas visitas fomos para as áreas de assentamentos no Sertão, como mostra a Tabela 02.

Tabela 02: Atividades realizadas nas escolas durante trabalho de campo.

Município	Assentamentos	Escolas	Número de famílias assentadas	Número de famílias que foram aplicados questionários	Entrevistas
São Miguel de Taipú	Assentamento Antonio Conselheiro	Esc. Mun. de Ens. Fund. Beatrix	120	12	2 professoras e a diretora da escola.
Riachão do Poço	Assentamento Chico Mendes	Esc. Mun. de Ens. Fund. Chico Mendes	120	12	3 professoras e a diretora da escola
Mari	Assentamento Zumbi dos Palmares	Esc. Mun. de Ens. Fund. Zumbi dos Palmares	94	09	1 professora e o diretor da escola
Mari	Assentamento Tiradentes	Esc. Mun. de Ens. Fund. Tiradentes	160	16	3 professoras e o diretor da escola
Algodão de Jandaíra	Gruta Funda	Esc. Mun. de Ens. Fund. Gruta Funda	40	04	1 professor, que ao mesmo tempo é o diretor da escola
Patos	Patativa do Assaré	Esc. Mun. de Ens. Fund. Jacú	60	06	2 professoras e o coordenador do Centro de Formação do MST - PB
Catingueira	Nossa Senhora Aparecida	Esc. Mun. e Ens. Fund. Adelaide Leite Loureiro	60	06	1 professora e a diretora da escola
Total	07	07	654	65	20

Fonte: Trabalho de Campo, março de 2009. MST. Secretaria Estadual da Paraíba. Relação dos Projetos de Assentamentos Rurais com número de famílias. João Pessoa, 2009

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

E em fevereiro de 2010 realizamos um terceiro trabalho de campo priorizando as escolas dos assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares no município de Mari. O motivo dessa visita foi aprofundar o conhecimento da dinâmica escolar e o significado dessas escolas para o Movimento e as famílias assentadas por serem as únicas escolas pesquisadas que apresentam práticas condizentes com a proposta pedagógica da Educação do Campo.

A Tabela 03 apresenta as principais atividades realizadas durante o trabalho de campo em Tiradentes e Zumbi dos Palmares. Neste momento optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas com o intuito de identificar, a partir da fala dos protagonistas, os avanços e retrocessos no processo de implantação da proposta de uma educação diferenciada para o campo.

Tabela 03: Atividades realizadas nas escolas durante trabalho de campo.

Município	Assentamentos	Escolas	Número de entrevistas realizadas	Pessoas entrevistadas
Mari	Assentamento Zumbi dos Palmares	Esc. Mun. de Ens. Fund. Zumbi dos Palmares	03	Secretário de Educação do município, diretor da escola e professora (única professora da escola)
Mari	Assentamento Tiradentes	Esc. Mun. de Ens. Fund. Reginaldo Claudino Sales	04	Diretor da escola e as três professoras da escola
Total	02	02	07	07

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2010. MST. Secretaria Estadual da Paraíba. Relação dos Projetos de Assentamentos Rurais com número de famílias. João Pessoa, 2010.

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

Por muitas vezes, durante a realização dessa pesquisa, tivemos que priorizar a fala de apenas um sujeito, de uma determinada instância da escola. Por exemplo, na escola Gruta Funda, localizada no município de Algodão de Jandaíra (ver Mapa 01, p. 23). Nesta escola trabalha apenas um funcionário que é ao mesmo tempo diretor e professor. Esse também é o caso da Escola Zumbi dos Palmares, apesar de ter sido reformada em 2009, e já está funcionando no prédio novo em 2010, ao iniciar as aulas do ano letivo de 2010 a escola contava com apenas dois funcionários, uma professora, que alterna entre professora e secretária, e o diretor, que neste momento também atuava como professor, então eles foram os únicos interlocutores da pesquisa vinculados a esta escola.

Durante a nossa pesquisa também utilizamos dados secundários levantados junto a(o): a) Secretaria Estadual do MST, onde tivemos acesso a dados referentes a números de acampamentos e assentamentos do MST no estado, a fim de apresentar a espacialização e territorialização do MST a partir dos processos de formação de acampamentos e assentamentos; b) Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), com o levantamento de dados referentes ao número e localização dos assentamentos rurais no estado, a fim de observar de que forma o MST vem ampliando a sua luta a partir da conquista de terra, analisando a partir do total de números de assentamentos quais deles são conquista do movimento e onde estes estão localizados; c) secretarias municipais de educação, onde levantamos o número de escolas que estão localizadas em áreas de assentamentos rurais, por município.

Para o entendimento das reais condições educacionais no campo no Brasil, ainda levantamos dados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na busca do levantamento de dados referentes às taxas de analfabetismo no campo (nas escalas municipal, estadual e nacional), e número de alunos matriculados em escolas localizadas na zona rural, com o objetivo de realizar um comparativo com os números referentes à zona urbana.

Com base nas informações obtidas construímos mapas que nos ajudam principalmente no entendimento, apresentação e análise dos processos de territorialização e espacialização da luta do MST, seja pela conquista da terra seja pela luta por educação/escola nas áreas de assentamentos rurais do MST, assim como também para a compreensão da sua configuração espacial em Brigadas Regionais. Em outros momentos os mapas são utilizados para uma melhor amostra de dados, principalmente quando nos utilizamos de dados referentes às escolas municipais no Estado da Paraíba.

O método de interpretação do processo de luta pela terra e pela educação utilizado no decorrer da pesquisa é o que tem como suporte a concepção materialista histórica e dialética do espaço, o qual nos permite considerar o movimento da história de qualquer processo social a partir do seu concreto vivido – no nosso caso, a escola – e as contradições que deram lugar e sustentam esse concreto: a luta de classes no campo e submissão deste à cidade. Segundo Ianini, este método permite, ainda, “o estudo das contradições das relações sociais, o conflito e a luta entre as classes” (1988, p. 08).

Na geografia, o materialismo histórico e dialético apreende o espaço como produto e processo do modo de produção de um determinado momento histórico. Para Moreira, o espaço geográfico “coincide com a própria construção da vida humana na história, de vez que é construindo a sociedade que o homem constrói seu espaço e, assim, dialeticamente” (2008, p. 41). Entendemos, assim, que o espaço agrário paraibano é produzido social e historicamente no conflito entre as classes. O MST é um dos agentes que configuram, modelam esse espaço, hoje, territorializando-se em forma de assentamentos rurais e acampamentos de sem-terra, é um movimento social e uma forma de organização contemporânea da classe trabalhadora no campo (MONTENEGRO, s/d), mas também é um movimento educativo no seu processo de luta e organização (GOHN, 2005).

Neste sentido, partimos do entendimento de que os movimentos sociais são, primeiramente, uma organização de classe. Sobre a oposição de classes no modo capitalista de produção, Bogo (2008) levanta:

Uma classe é a condição para a existência da outra na luta da própria superação. Como não pode haver capitalismo sem classes, ao estabelecer a luta contra a classe dominante atual, a classe trabalhadora pretende ser vitoriosa, tornando-se dominante. Neste sentido, há, a partir da ruptura entre as duas grandes classes, um aprimoramento na organização, elevação do nível de consciência e melhora nas relações sociais e de solidariedade entre os componentes da classe que mais adiante deverá também ser extinta (p. 10).

Desta forma, para interpretar os movimentos sociais no campo hoje, é fundamental entender que existe uma organização da classe trabalhadora rural, conjunta, organizada para a transformação da sociedade e das relações de produção no campo. Concordamos, dessa forma, com Bogo (2008), quando afirmar que:

Para que os dominados se emancipem, precisam formar e organizar a sua classe, reconhecer a existência do seu oposto que é a classe dominante, e, a partir disso, procurar através da luta, ocupar o seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a lei da dialética da quantidade e qualidade (p. 10).

O MST é, como já colocado, um movimento da classe trabalhadora em oposição à classe que detém o domínio do capital, da terra, e da produção. Para compreender como esta estrutura está organizada nos fundamentamos na proposta metodológica de Gohn (1997), que estabelece:

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos. Internamente eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias, etc.; e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior (p. 245).

Dessa forma, analisaremos a estrutura organizativa interna do movimento dando ênfase à sua organização em torno do setor de educação, assim como também a organização e mobilização dos trabalhadores sem-terra por meio dos processos de territorialização e espacialização do movimento. Assim, a premissa de que partimos no nosso estudo é a concepção do MST como um movimento social que constrói estruturas, desenvolve processos, organiza e domina territórios. Porém, a particularidade da nossa pesquisa é entender esse movimento social na luta para além da terra, a luta pela educação nesses territórios.

No intuito de desenvolver esse debate organizamos a de dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*A luta e organização do MST para além da terra: a bandeira de luta por educação na Paraíba*”, apresentamos o processo histórico de luta pela terra na Paraíba, desde as Ligas Camponesas até as primeiras ações do MST no estado. Ainda anali-

samos a continuação da ação do MST na Paraíba, a sua territorialização, a sua estrutura organizativa interna e externa e enfatizamos o resgate da construção da bandeira de luta do Movimento por educação no estado.

O segundo capítulo intitulado “*O descompasso educativo histórico e espacial no campo brasileiro: impasses e desafios na construção do paradigma da Educação do/no Campo*”, apresenta a realidade educacional no campo brasileiro a partir das taxas de analfabetismo e a existência de escolas, para, desta forma, contextualizar a construção do paradigma da Educação do/no Campo.

E o terceiro capítulo intitulado “*As Escolas que temos e a escola que queremos: as escolas de Assentamentos rurais do MST na Paraíba*”, apresentamos as reais condições das escolas localizadas em assentamentos rurais do MST na Paraíba, sempre relacionando as condições de funcionamento dessas escolas com o papel do Estado e dos movimentos sociais. Para isso, resgatamos a fala dos sujeitos envolvidos na prática pedagógica do MST, e dos representantes do Estado.

Por fim apresentamos algumas reflexões e possíveis caminhos de superação de problemas detectados no âmbito das escolas dos assentamentos rurais do MST no estado da Paraíba, visando contribuir com a proposta educativa do Movimento, assim como, com a ampliação do paradigma da Educação do Campo.

Ao final deste trabalho, apresentamos uma iconografia da Educação do/no Campo na Paraíba, que recolhe imagens fotográficas das escolas visitadas em trabalho de campo. Optamos por essa forma de apresentação devido à grande quantidade de imagens consideradas importantes para ilustrar o universo pesquisado.

Capítulo 1

Movimentos sociais de luta pela terra e
educação: organização espacial e terri-
torial do MST na Paraíba

1. MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO MST NA PARAÍBA

A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe.

Scherer-Warren, 1987

Diversas são as ciências que entendem por movimento social uma categoria de análise importante para a apreensão da realidade. Os principais referenciais teóricos advêm da Sociologia e remetem ao entendimento dos movimentos sociais como expressões ou formas de organização que adotam as sociedades, ao longo do tempo. Essas formas temporais, por serem sociais, possuem uma dimensão espacial. O estudo dos significados e sentidos espaciais que os movimentos sociais têm, ou seja, os processos de espacialização e a territorialização das suas lutas, são questões importantes para os geógrafos.

A luta pela terra e por educação das famílias trabalhadoras sem-terra apresenta uma configuração territorial singular na Paraíba, atrelada à própria história do Movimento no estado. Porém, outras formas de organização da classe trabalhadora e camponesa anteriores ao MST deixaram as suas marcas no território e na memória das lutas na Paraíba, e o seu significado é preciso retomá-lo neste momento.

1.1 A história da luta pela terra na Paraíba: das Ligas Camponesas aos movimentos sociais no campo

Tanto histórica como atualmente, a estrutura agrária brasileira produz mecanismos sociais e políticos causadores da miséria, sendo seu suporte a concentração e a propriedade privada da terra, como afirma Franco (2004):

O modelo agrícola do país, baseado na modernização hegemônica pelo agronegócio, gera desemprego rural ao não absorver a força de trabalho expropriada, além de intensificar a própria expropriação dos pequenos produtores de suas terras. A combinação desses dois fatores responde pela superexploração e precarização dos trabalhadores no campo pelo capital e pela do-

minação política da população rural pelas oligarquias tradicionais (FRANCO, 2004, p. 62).

A expropriação e marginalização do homem do campo no Estado da Paraíba resultaram na organização dessa classe na luta pela terra. Por volta de 1950, os trabalhadores se organizaram através das Ligas Camponesas Paraibanas, estado em que houve mais mobilizações e mais associados, tendo como principais lideranças João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Em 1954, destaca-se a Liga de Sapé, que, logo em seguida, se extingue para ressurgir em 1958 com outras feições, não mais uma Liga doméstica, mas uma associação com sede na cidade de Sapé¹⁰.

Essa nova forma de organização da classe procurava mostrar que não era “coisa de comunista”, mas sim de *camponês*. Sobre esse termo, Martins (1995) afirma:

Essas novas palavras - *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra, camponês, não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (p. 22-23).

Segundo Pereira (2009), as Ligas surgem na Paraíba sob fortes formas de opressão:

Não somente a terra era cativa do latifúndio, mas também as relações de trabalho continuavam subumanas. Até o direito à sindicalização era negado ao camponês. Com o aumento do preço do açúcar, os usineiros se encontravam em plena ascensão e começaram a exigir mais dos moradores, posseiros e fereiros. Para tirar um morador da terra, o proprietário mandava os capangas desacatá-los e até desrespeitavam suas famílias. A polícia era legítimo escudo dos proprietários (p. 100).

Sob essa conjuntura, para Morais (1986, *apud* PEREIRA, 2005), essa foi a Liga mais poderosa do Brasil. A base inicial foram uns mil e quinhentos moradores do Engenho Miriri,

¹⁰ Por ter em mira a legalidade da associação, no primeiro encontro, foram convidados o juiz de Sapé, o prefeito, o médico e o chefe de polícia. A Liga instalou-se na própria prefeitura municipal de Sapé sob o nome de Associação. Seu presidente foi o camponês e militante João Pedro Teixeira, apesar de que oficialmente constara como presidente Severino Barbosa, pequeno proprietário da região (AUED et al., 2005).

pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho¹¹. Parte deste engenho se situava em Sapé, e parte em Mamanguape, município vizinho. Camponeses de outras fazendas foram se associando, à medida que os companheiros de Miriri iam conquistando melhores condições de trabalho, como a redução das condições de pagamento do foro e a redução dos dias de cambão¹².

As Ligas se espalharam pelo Litoral, pela Várzea, pelo Brejo e pelo Agreste da Paraíba, e se organizaram em vários municípios. Em 1961, foi criada, em João Pessoa, a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba (Fetag/PB), conhecida como a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, constituída por dezoito Ligas, o seu presidente foi Francisco de Assis Lemos, e como vice, João Pedro Teixeira (PEREIRA, 2009).

Para Pereira (2009), usineiros e latifundiários, incomodados com as denúncias e o crescente sucesso das ligas, começaram a usar a violência como forma de amedrontar os camponeses. Derrubavam suas casas, destruíam suas lavouras, expulsavam-nos de suas fazendas e usavam a polícia para intimidá-los, já que muitos policiais eram os antigos capangas e/ou pistoleiros, que ingressavam na Polícia por meio de apadrinhamento político.

Aliada aos usineiros e aos latifundiários, a Igreja Católica também se posicionou contra as Ligas Camponesas e contra os sindicatos criados pela esquerda, nesse período. Segundo Severino Bezerra Silva (2004, *apud* PEREIRA 2009):

O Movimento de Sindicalização Rural, criado no Rio Grande do Norte por Dom Eugênio Sales e estendido à Paraíba e a Pernambuco, tinha uma finalidade política bem definida: Frear os avanços de esquerda no campo, em especial, as Ligas Camponesas apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro. A Igreja Católica implementava uma campanha pela sindicalização rural, o que, popularmente, ficou conhecido como o “sindicato do padre”, com o objetivo de perseguir os camponeses envolvidos com as Ligas, acusando-os de comunistas (p. 105).

Em abril de 1964, após vários conflitos entre capangas, policiais e camponeses, e assassinatos de vários líderes das Ligas, entre eles o próprio João Pedro Teixeira, sob o comando de Elizabeth Teixeira, companheira de João Pedro Teixeira, a Liga de Sapé chega ao seu fim, decorrente principalmente do Golpe Militar de 1964, onde as Ligas foram perseguidas e

¹¹ Segundo Souza (1996 *apud* PEREIRA, 2009), o grupo Ribeiro Coutinho era o mais poderoso do Estado. Dominava grande parte da Várzea Paraibana. Tinha quatro usinas, sendo as mais importantes a Santa Helena, de Sapé e a São João, de Santa Rita, Espírito Santo, Sapé e Mari. Esse grupo elegeu, como governador, o usineiro Flávio Ribeiro Coutinho, além de manter um membro permanente no Congresso Nacional, cinco deputados estaduais, secretários de estado, vereadores e prefeitos de vários municípios.

¹² A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões que obrigava o camponês e toda sua família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana (PEREIRA, 2009).

massacradas até sua extinção. Todos os camponeses foram dispersos, muitos deles fugiram, abandonando seus familiares, outros foram presos, torturados ou desaparecidos, entre eles as lideranças, como Negro Fuba e Pedro Fazendeiro.

Segundo Pereira (2009), mesmo abafado pelo golpe militar, o espírito de resistência, adquirido durante o período das Ligas, continuou presente nesses camponeses. Dessa forma, e agora com o apoio explícito da Igreja Católica, entre as décadas de 1970 e 1980, as lutas no campo se organizaram novamente. Inicialmente, foram os posseiros oriundos das Ligas que tomaram a frente.

A Igreja Católica cria a Pastoral da Terra, posteriormente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e surge assim uma rama articulada da Igreja em defesa dos homens e mulheres do campo. Essa organização, para Pereira (2009), foi fundamental no processo de construção de uma visão social e política dos grupos de trabalhadores rurais no Estado da Paraíba e no campo nordestino em geral.

A atuação da CPT na Paraíba, segundo Mitidiero Jr. (2008), surge com a experiência do Movimento da Igreja Viva. Para este autor: “foi nessa experiência que nasceu o trabalho de base como forma de conscientização popular e que inspirou o trabalho da CPT na Paraíba até os dias atuais” (p. 294).

Com a vinda do Bispo Dom José Maria Pires para o estado em 1966, chegam com ele ideias revolucionárias e progressistas, baseadas nas fundamentações da Teologia da Libertação. Após alguns anos de atuação na Paraíba, acompanhando as mazelas da classe dos trabalhadores, Dom José afirma que o papel da *Igreja é ser povo*. A ação institucional iniciada pelo bispo para alcançar tal objetivo concretizou-se no movimento Igreja Viva¹³, em 1969. O Movimento Igreja Viva fez desabrochar várias experiências de educação popular na Paraíba e abriu uma brecha para a renovação teórica da reflexão pedagógica como contestação à postura elitista e assistencial das elites educacionais (MITIDIERO Jr., 2008).

Porém, o surgimento da CPT na Paraíba só se deu de forma concreta no terceiro momento¹⁴ da atuação da Igreja nesse estado, que Mitidiero Jr. (2008) nomeia “a Igreja de corpo e alma”. Inicialmente a Igreja no estado, na pessoa do bispo Dom José, não aceitou a imposição da Igreja a nível Nacional, que quis impor a fundação da CPT no estado, afirmando que era uma imposição colocada de cima pra baixo, e pela influência do forte “basismo” que mar-

¹³ Esse movimento possibilitou que a Igreja partisse do centro para a margem, possibilitou ainda à Igreja ser presença nas comunidades trabalhadas, deixando de lado a tradicional distância entre a instituição religiosa e o seu rebanho (MITIDIERO, Jr. 2008).

¹⁴ Em sua tese de doutorado, Mitidiero Jr. (2008) divide a atuação da Igreja na Paraíba em três momentos: 1º Momento: a Igreja tão perto e tão longe do povo; 2º Momento: a Igreja é povo; e 3º Momento: a Igreja de corpo e alma.

cava a atuação da Igreja na Paraíba. Os formadores da Pastoral Rural da Paraíba não concordaram imediatamente com a transformação desta na representação da CPT-PB. Justamente por essa diferenciação política, a CPT não tinha a nível nacional esse trabalho de base, de ir para o meio dos agricultores, ela não tinha quadros que ficassem nas comunidades. A transformação da Pastoral Rural da Paraíba em CPT-PB deu-se como resultado do agravamento das condições de trabalho dos/as membros/as desta pastoral por todo o Nordeste. O fato determinante para esse agravamento foi, segundo Mitidier Jr (2008), a substituição deliberada pelo Vaticano de Dom Hélder Câmara pelo bispo *ultraconservador* Dom José Cardoso. Essa medida significou o fim das ações de Dom Hélder na formação da *Igreja dos Pobres* e a remoção de todos aqueles clérigos seguidores das suas ideias.

Frente aos grandes problemas vividos, com essa mudança de representatividade da Igreja no estado, a Pastoral Rural da Paraíba teve que recorrer à CPT Nacional, principalmente para a construção do Encontro Regional sediado na época pela Paraíba. Esse momento serviu para estreitar os laços e transformar a Pastoral Rural em CPT. Foi desde 1988 que a atuação da Igreja no campo, na Paraíba, desenvolveu-se como parte integrante da CPT.

A postura da CPT no estado se pautou, desde a sua chegada, na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho, não se resumiu ao simples apoio à luta. Para Moreira e Targino (1997), o trabalho da CPT é amplo abrangendo: a prestação de serviços de assessoria jurídica para os trabalhadores rurais; a denúncia de violência de policiais e capangas de fazendeiros no estado contra os trabalhadores no campo; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores rurais em conflito; a divulgação dos fatos, como assassinatos de trabalhadores no campo, em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra¹⁵; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores rurais e uma assistência infra-estrutural por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica aos trabalhadores que sofriam diversos processos de espoliação no campo, e cobertura financeira quando se faz necessário (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Se observarmos os dados do Incra (2008) sobre os conflitos no campo, podemos constatar que na grande maioria dos conflitos registrados no estado até década de 1980, a concretização da subordinação da exploração agropecuária à lógica capitalista se fez pela mudança nas formas de utilização do solo e nas relações sociais de produção. Assim, os grandes lati-

¹⁵ As primeiras cinco Romarias da Terra foram realizadas no Brasil entre 1984 e 1991, na cidade de Trindade, onde há o único Santuário no mundo dedicado ao Divino Pai Eterno. Desde então, essas romarias estiveram sendo realizadas em rodízio por outras dioceses de Goiás. Foi a partir da 10ª Romaria da Terra que ela tornou-se também a Romaria das Águas.

fundiários de terra que detinham maior capital no estado procuravam explorar aquelas culturas que asseguravam uma maior lucratividade, mesmo que esta fosse gerada artificialmente pelos subsídios governamentais, em forma de incentivos fiscais à política de créditos. Por outro lado, a necessidade da extração do lucro pela produção e expansão da monocultura, não permitia que ela fosse distribuída entre *parceiros e arrendatários*, bem como impuseram um novo ritmo de trabalho que seria satisfeito pelo assalariamento temporário.

O processo de expulsão da terra se iniciava seja com a morte do antigo dono, quando a terra passava a ser subdividida entre os herdeiros, seja por ocasião da venda da propriedade. Durante a administração dos antigos donos os moradores tinham garantidos os direitos adquiridos através dos contratos verbais feitos com os proprietários. O acesso à terra dos *foreiros, parceiros e posseiros*, mesmo que precário também era permitido. À transferência de titularidade e o subsequente parcelamento do imóvel seguia-se, via de regra, um processo de venda. Na maioria dos casos, os trabalhadores não eram notificados, nem lhes era concedido o direito de preferência, garantido pelo Estatuto da Terra¹⁶. Esse descumprimento de lei abria uma brecha para que eles recorressem à justiça, dando início à luta contra a expulsão-expropriação (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Segundo Moreira e Targino (1997), os novos donos dessas terras, para não descumprirem as leis trabalhistas, no momento que adquiriam essas terras, pediam as casas dos moradores de volta, botavam gado nas posses e plantavam capim para ocuparem as terras de alguma forma. A esse processo os trabalhadores reagiam de várias maneiras: arrancando o capim ou a cana, plantados no lugar dos seus roçados, e refazendo-os através do sistema de mutirão; entrando na justiça com solicitação de manutenção de posse; acampando em praça pública; ocupando a sede local do Incra; denunciando a violência dos donos em nível regional, nacional e internacional, através da imprensa, da Igreja e de outras entidades de apoio.

¹⁶ Oito meses após assumir o poder, o governo militar aprova a Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964, o chamado 'Estatuto da Terra'. Tratava-se de uma tentativa de apaziguar os conflitos no campo, que ganhavam força, em especial no Nordeste (Ligas camponésas) e no Sul (Master, encabeçado por Leonel Brizola). No papel, o Estatuto da Terra representava um avanço, vez que reconhecia a existência do latifúndio e estabelecia que as terras improdutivas eram passíveis de desapropriação. De acordo com o Estatuto, a propriedade de terra desempenha por completo sua função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela laboram, mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e ainda observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho. O que no papel representaria um avanço à questão agrária, na prática, se mostrava diferente. Sem qualquer eficácia, por inércia dos governos militares, o Estatuto da Terra serviu aos interesses do capital, facilitando o ingresso deste no campo, de modo que o campônês (aquele que deveria ser o grande beneficiado da Reforma Agrária) viu toda sua organização desmantelada pelo aparelho repressor e, ainda, longe da terra, teve maculada sua consciência de classe social, vez que, a partir de então, uma perspectiva empresarial e de desenvolvimento econômico passou a vigorar no tratamento da questão da terra no campo (BORTOLOZZI Jr. Flávio, 2008).

Ainda no final da década de 1980 o MST organiza-se na Paraíba, como uma nova expressão da luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária. Desde o processo que levou a sua fundação, o MST, segundo Montenegro (s/d) define-se como uma forma de organização da classe trabalhadora no campo. Nas palavras do autor:

La perspectiva de los cambios que el MST promueve no se limita a soluciones parciales en el ámbito del sector agrario. Si bien su espacio prioritario de actuación es la resolución de la cuestión agraria y, en consecuencia, la mejora de las condiciones de vida de los trabajadores rurales que no se encuadran en las categorías-objetivo beneficiadas por las políticas de desarrollo rural, tanto por su discurso como por su práctica podemos afirmar que incorporan alternativas de transformación social (p. 06).

Foi nesse contexto de luta pela terra, em toda a década de 1980, que, na Paraíba, o número de assentamentos para fins de Reforma Agrária aumentou num ritmo acelerado. A Paraíba foi o segundo estado brasileiro em número de imóveis rurais desapropriados no final da década de 1990. Esse avanço, no processo de luta pela terra, é historicamente importante, pois algumas regiões do estado, que desde o início da colonização, sempre estiveram sob o domínio de algumas poucas famílias de oligarquia local¹⁷, hoje se encontram em processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária ou já se tornaram assentamentos.

1.2. O MST na Paraíba

Seguindo o princípio de organização na luta pela terra em busca da Reforma Agrária, os sem-terra vivenciam diferentes experiências na construção do movimento na Paraíba, em função das diferenças regionais dentro do estado. Como em grande parte do Nordeste, os trabalhadores e trabalhadoras organizados sob a sua bandeira encontraram fortes resistências para se constituírem enquanto um movimento social no campo.

Desde 1985, após o Primeiro Congresso do MST, do qual participaram 25 lavradores do Estado da Paraíba, houve a disposição dos mesmos de fundar o movimento no estado (FERNANDES, 1999). Entre 1986 e 1987 várias foram as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais. Dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento na Paraíba (LAZARETTI, 2007).

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundas de nove municípios da região

¹⁷ Sobre a discussão regional do domínio político das famílias de grandes latifundiários do Estado da Paraíba, ver ANEXO II.

do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, reivindicando o uso da terra para o desenvolvimento de agricultura familiar e de subsistência, já que, segundo o MST, a fazenda era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximos à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Em função da falta de intervenção do governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando o número de 320 famílias e ocuparam a fazenda Manicoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a imissão de posse da área (LAZARETTI, 2007).

No ano seguinte o MST realizou cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Pirpirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoa, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. De 1991 em diante o MST-PB colocou-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do movimento em nível nacional priorizando, entre outras coisas, o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, a grande maioria deles analfabetos e semi-analfabetos.

Segundo lideranças do movimento no estado, as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias, foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a CPT. A CUT apoiou diretamente nas ocupações, nas negociações e assessoria jurídica. A CPT, com uma atuação mais direta, desempenhou um papel importante em termos de defesa e de organização dos trabalhadores rurais.

No Litoral da Paraíba (ver Mapa das Mesorregiões em anexo) o MST surge em janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam a ocupação das terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (p. 139).

Conforme resgata Varela (2003), entre 1970 e 1996, a Paraíba foi palco de 194 conflitos de terra, distribuídos em 55 municípios. Para este autor:

A luta pela terra no estado não se restringe mais à luta para não deixá-la, ela se dilata na luta cotidiana para entrar na terra. São os expropriados latos que apesar de terem suas raízes no campo foram expulsos e levados ao desemprego involuntário ou mesmo ao lumpemproletariado, mas, que muitos daqueles não perderam a esperança de um pedaço de terra e da edificação de uma nova sociedade mais equânime. Esses trabalhadores há décadas, deixaram a consciência ingênuas – o idiotismo da vida rural – em que viviam, e agora com a liderança do MST aguçaram uma consciência crítica, adquirindo não só uma real visão social, mas também política da questão, suplantando-se e propugnando com uma nova consciência crítica organizada por uma reforma agrária que leve a um novo modo de produção e, que obviamente, substitua o modelo socioeconômico vigente, mediante um projeto democrático de desenvolvimento social para o país (p. 138-139).

Concordamos com o autor acima quando afirma que o MST tem sido um dos grandes responsáveis pela organização e politização dos demandantes por Reforma Agrária e dos assentados na Paraíba. Foi com essa organização na luta pela terra na Paraíba que o MST ganhou espaço e protagonismo na dinâmica geográfica do espaço agrário do estado. Essa dinâmica geográfica se expressa sob a forma de processos de espacialização e territorialização da luta do MST frente às suas diferentes bandeiras de luta.

Para compreendermos mais detalhadamente a ação do movimento no estado, apresentamos na sequência uma análise do processo de territorialização e de espacialização do MST na Paraíba, para apreendermos a forma como este agente produtor de espaço participa da configuração territorial do campo paraibano, e a sua influência no acesso à escola e à educação das famílias trabalhadoras sem-terra, assentadas e acampadas.

1.2.1. Territorialização e espacialização do MST na Paraíba

As diferentes formas de mobilização e de organização da luta do MST no campo no Brasil nos fazem compreender que os diversos processos de *territorialização*, aqui sendo entendidos como a conquista e a construção de territórios, devem ser analisados para além da conquista da terra, mas sim na luta pela permanência nela, que se manifesta na luta pela educação, saúde, entre outras.

Para Fernandes (2000), essa territorialização se dá em tempos e espaços diferentes:

O *acampamento* é o espaço/tempo de transição entre a ocupação e a posse da terra. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do Movimento; o *assentamento* representa a territorialização do movimento, entendida como apropriação de uma fração de espaço determinada. Este processo realiza-se através da

projeção do trabalho, revelando relações de produção e consequentemente relações de poder diferenciadas (p. 67).

Atualmente o MST está organizado em *Brigadas Regionais*. Essa nova proposta de organização do MST que partiu, segundo o coordenador do Setor de Educação do MST na Paraíba, dos princípios *leninistas* e *marxistas* de produção, ainda, baseado no processo de organização da sociedade cubana pós-revolução, e tem como objetivo organizar a militância em grupos territoriais, pensando a brigada como corpo autônomo que tem seu próprio poder de decisão (Secretaria Estadual do MST – Paraíba, 2010).

A organização espacial em brigadas é recente e remete a uma nova concepção do espaço, como estratégia de luta e resistência do MST. Uma brigada regional comporta aproximadamente 300 famílias assentadas e acampadas. O objetivo de organizá-las territorialmente a partir dessa escala de ação se justifica, segundo o MST, ante a necessidade de facilitar o fluxo de informações entre as diversas instâncias e a necessidade de ampliar a participação dos assentados e acampados no processo de construção do próprio movimento no estado (OLIVEIRA, 2007).

Na Paraíba a discussão em torno dessa nova organização espacial se iniciou em 2004, porém a implantação da regionalização em Brigadas só ocorreu em 2005, ano em que o movimento reuniu todas as lideranças das antigas direções regionais para delimitar os critérios de uma nova configuração espacial da luta. Atualmente o MST-PB se configura em nove brigadas, como pode ser visto no Mapa 02 (p. 43). As direções das brigadas são compostas por um ou dois representantes da coordenação de cada um dos assentamentos/acampamentos no estado e por um ou dois representante de cada setor de atuação.

A toponímia dessas brigadas, em sua maioria, advém do nome dado a um dos assentamentos que integram a brigada. Na sua maioria, são os assentamentos mais antigos que cedem o nome às brigadas. Em outras ocasiões, os nomes fazem tributo a lutadores históricos ou fatos relevantes da luta pela terra no estado definidos coletivamente pelos membros de cada uma das brigadas, como é o caso da Brigada Regional Margarida Maria Alves, antiga representante dos trabalhadores rurais no sindicato do município de Alagoa Grande.

Segundo os dados do Incra (2008), em uma pesquisa realizada com base em mais de 50% dos projetos de assentamentos localizados na região semiárida do estado e liderados pelo MST, a história de luta desses territórios, em sua maioria, surge do conflito por terra dos próprios moradores, arrendatários e parceiros das terras, onde se desenvolvem essas diferentes formas de relações de trabalho.

Em depoimentos recolhidos junto a militantes do MST na Estadual da Paraíba (2008), a organização espacial do MST em brigadas regionais na Paraíba contribuiu na atuação do movimento no estado, porque tem facilitado a organização dos setores de organização do Movimento em cada instância de atuação, mesmo apresentando alguns problemas, como o levantado por uma das lideranças regionais: a difícil interligação entre as brigadas.

Diante desta configuração espacial, o MST tem levantado diferentes frentes de luta. Segundo a secretaria do MST no estado, após a conquista da terra para as famílias que hoje se encontram acampadas, a educação é considerada na Paraíba, de maior prioridade; essa constatação parte da realidade existente nas áreas de assentamento, das suas escolas e pelo elevado número de trabalhadores rurais jovens e adultos analfabetos no estado

No Mapa 03 (p. 45) observamos que a maior concentração de assentamentos liderados pelo MST está localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano, região que historicamente se destaca na organização da luta pela terra e a reforma agrária na Paraíba, porém apenas um desses assentamentos possui escola, o Assentamento Gruta Funda. Em seguida, a Zona da Mata, região litorânea do estado, que concentra nove assentamentos do MST, sendo que cinco deles contam com escola própria. Este dado é significativo se compararmos a situação dos restantes assentamentos do movimento em todo o estado, já que somente existem três escolas em área de assentamento do MST fora desta região. A Mesorregião do Sertão conta com apenas dois assentamentos do MST que possuem escola. O fato dessa diferente distribuição espacial das escolas do MST no estado nos chama a atenção, especialmente quando nos remetemos ao processo de territorialização do movimento na Paraíba, o qual se inicia no Agreste, porém só se consolida quando o MST ocupa a região do Litoral Sul do estado.

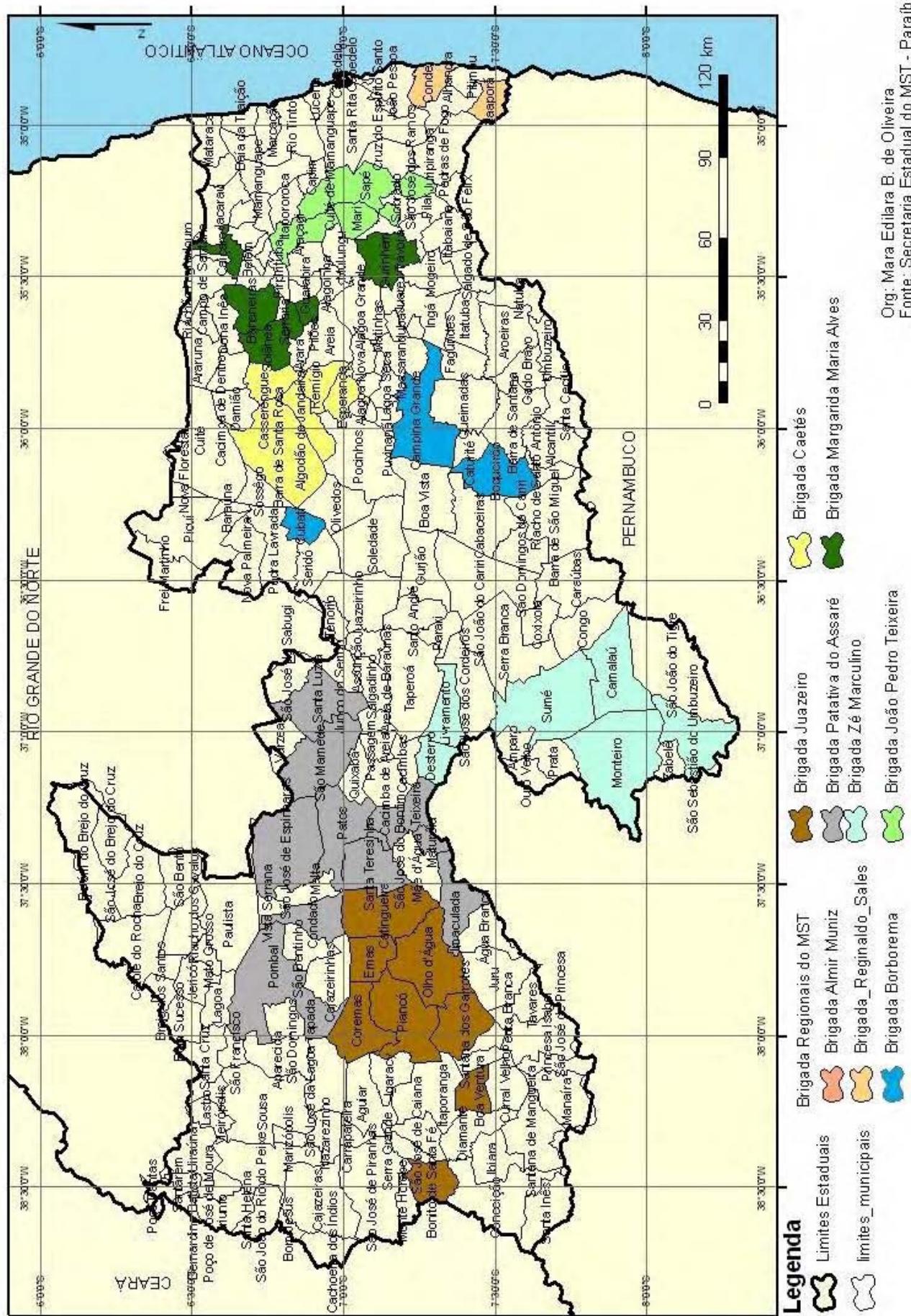
Algumas regiões do estado da Paraíba, como é o caso da Mata Paraibana, já se encontram com uma paisagem bem modificada em relação à década de 1980 e início da década de 1990, quando as plantações de cana-de-açúcar eram ainda mais amplas. Hoje, ainda que a monocultura da cana continue na Mata Paraibana (ver mapa da divisão regional do estado no Anexo I), nas áreas de assentamento a paisagem está sendo substituída pela agricultura de base familiar camponesa que vem dinamizando socioespacialmente o estado, trazendo uma sensível mudança na base econômica, social, cultural e política em cada região.

Mesmo com essas modificações na paisagem, a Paraíba apresenta graves problemas sociais. A implantação de assentamentos requer, além da terra, o acompanhamento e apoio do estado para a viabilização do trabalho nessas áreas, assegurando às famílias assentadas as condições necessárias para a sua reprodução através de uma qualidade de vida satisfatória, que garanta condições efetivas de permanência.

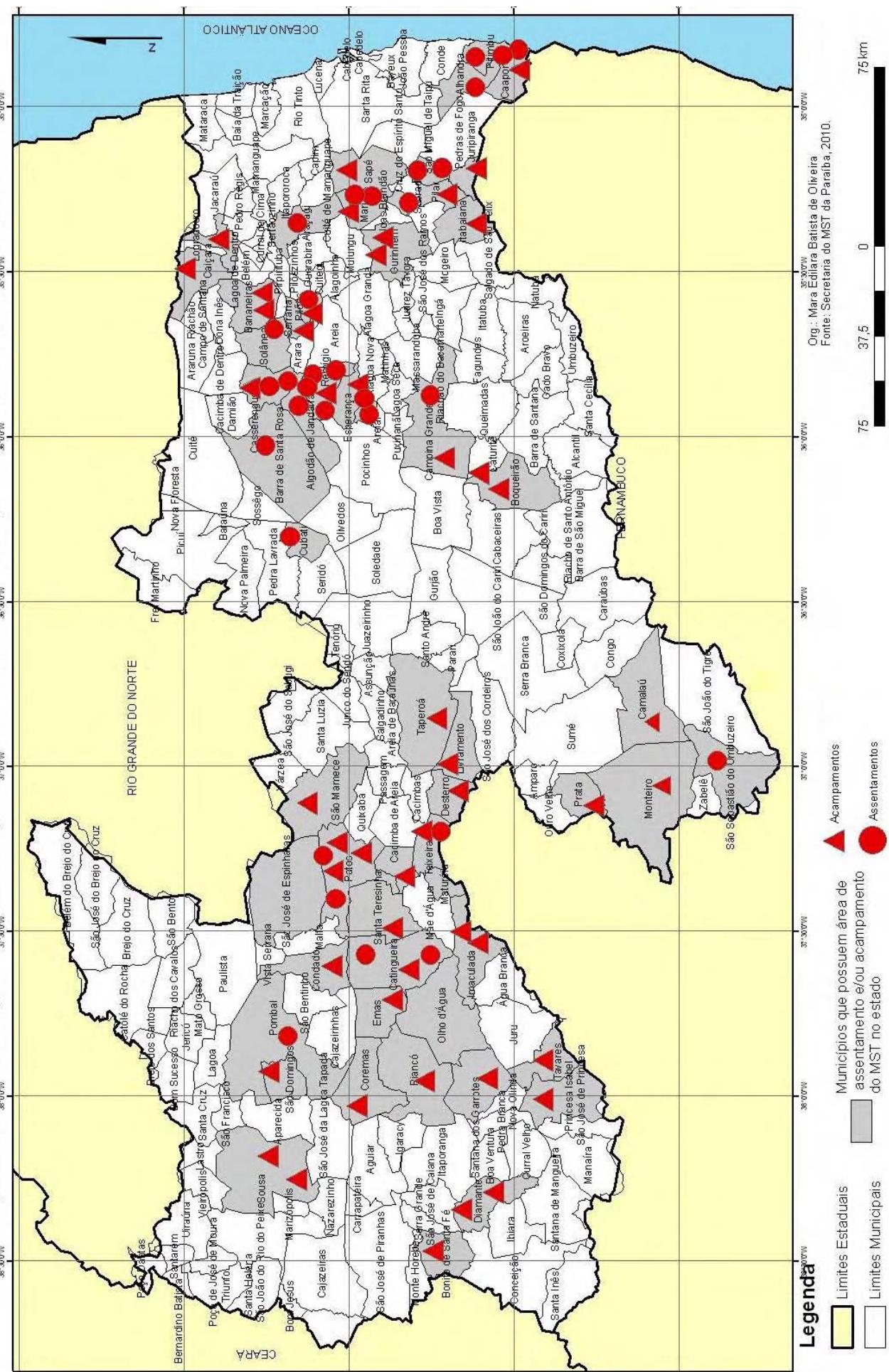
Observou-se, assim, que o processo de luta pela terra na Paraíba apresenta uma territorialização própria. A luta pela terra neste estado aconteceu em torno de relações e contradições diferenciadas das verificadas no Sul do país, por exemplo. No Sul do Brasil as primeiras organizações no campo ocorreram em torno da terra enquanto meio de produção, o uso da terra em si. No caso da Paraíba, assim como em quase todo Nordeste, as organizações campesinas estavam muito mais ligadas à questão agrária em si, ou seja, às condições principalmente de trabalho no campo, como se produzia e como se davam as relações de trabalho ou, ainda, de opressão dessa classe trabalhadora.

Para compreendermos como o MST se organiza internamente e como se configura na Paraíba, apresentamos, na sequência, uma breve análise de sua estrutura organizativa.

Mapa 02: Brigadas Regionais do MST na Paraíba - 2009



Mapa 03: Territorialização e Espacialização do MST na Paraíba: acampamentos e assentamentos, 2010.



1.2.2 Estrutura e organização do MST na Paraíba

O MST difere de todos os movimentos sociais de luta pela terra na história do Brasil por constituir-se num movimento nacionalmente organizado e por ter nascido com uma proposta socialista de sociedade, que se transformou ao longo dos anos de sua formação. Nessa nova sociedade, para o MST, a educação tem papel de grande importância na construção nas áreas de acampamentos e assentamentos, e na formação identitária dos trabalhadores rurais sem-terra.

Na Figura 01 (pág. 46) podemos constatar essa organização interna do MST em escala nacional, de forma esquemática. A primeira instância apresentada é a Direção Nacional, que é formada por 10 representantes do Grupo de Estudos de Políticas Agrárias – GEA, esse grupo é formado por pesquisadores e estudiosos da área; essa instância é composta ainda por dois membros (um homem e uma mulher) de cada Direção Estadual; e por um ou dois representantes de cada setor nacional que são onze no total representados na Figura 01.

A Direção Estadual do MST na Paraíba é composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das Brigadas Regionais e por um ou dois representantes de cada um dos setores de ação em que se divide e organiza o Movimento.

Nos assentamentos e acampamentos as Coordenações são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de atuação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizacionais nas que se estrutura o MST.

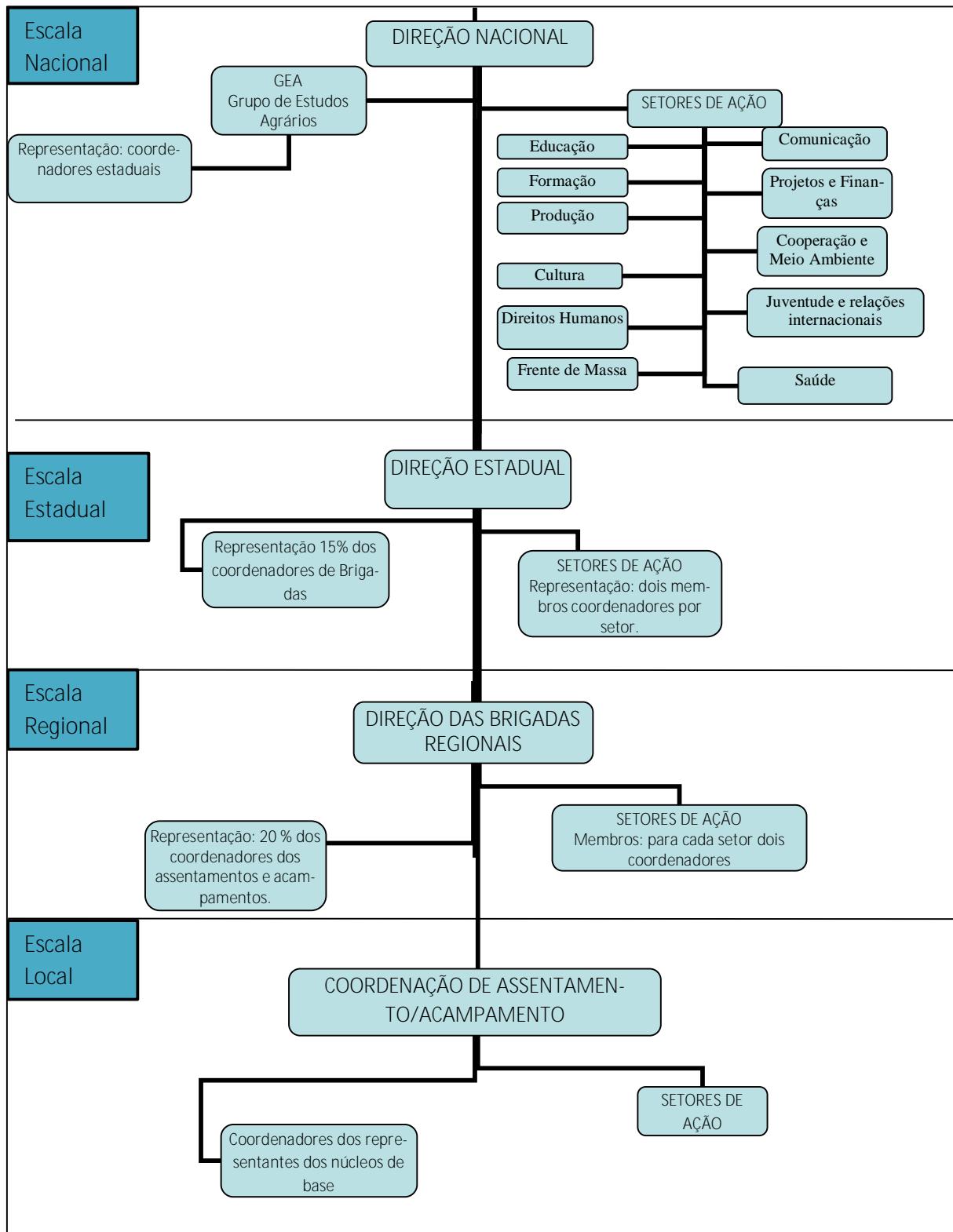


Figura 01: Estrutura Organizacional e Escalar do MST no Brasil – 2009

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST – 2007, João Pessoa – PB

Org.: Mara Edilara Batista de Oliveira

O MST na Paraíba está organizado em Setores, que são comissões coletivas com o objetivo de desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa nas suas diferentes áreas de ação. Na Paraíba os setores são: educação, saúde, direitos humanos, gênero, juventude e relações internacionais, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças, produção, cooperação e meio ambiente e frente de massa.

Na Tabela 04 (p. 49), apresentamos os Setores do MST que estão organizados em nível estadual na Paraíba, apresentando suas funções, os objetivos e a filosofia ou natureza dos setores. Cada setor tem sua representatividade e importância na organização do movimento a nível estadual.

Destacamos entre eles o Setor de Educação, o qual tem como função planejar e executar ações educativas, com o objetivo de ampliar o número de escolas nas áreas de assentamentos rurais do MST com propostas educativas que venham a contribuir com a Reforma Agrária no país, tendo sempre como filosofia trabalhar a educação do campo a partir do sujeito e da realidade local como elemento central.

Essa filosofia se amplia ao analisar a proposta educativa que o MST apresenta a partir da criação do Setor de Educação do Movimento, esta proposta é analisada mais detalhadamente no próximo subitem.

Tabela 04: Setores do MST organizados na Paraíba

SETORES	FUNÇÕES	OBJETIVO	FILOSOFIA/NATUREZA
Educação	Organizar, planejar e executar ações educativas	Implantar nos assentamentos uma proposta educacional que contribua para a reforma agrária verdadeira.	Trabalha a educação do campo tendo com elemento central o sujeito e a realidade local.
Saúde	Organizar palestra e cursos de capacitação bem como desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais.	Contribuir na melhoria da saúde da população buscando sempre a autonomia popular das famílias campesinas.	Trabalha com plantas fototerápias, com alimentos saudáveis, na orientação do controle da natalidade e prevenção de doenças.
Direitos Humanos	Fazer contatos com advogados, organizar grupo para reivindicação, defender e esclarecer os direitos e deveres do cidadão	Garantir e preservar os diretos constitucionais dos cidadãos para que todos tenham vida digna.	Defende os injustiçados e excluídos da sociedade, seja nos tribunais, nas cidades ou no campo.
Juventude e relações internacionais	Organiza a juventude brasileira, estuda temas atuais, faz intercâmbio com jovens de outros países através de cursos e encontros.	Organizar e estimular a juventude para fazer um estudo crítico de realidade do país	Tem como base de luta a organização de grupo de estudo e as mobilizações populares.
Cultura	Promove eventos que fortaleçam a cultura popular, organiza grupos culturais.	Fortalecer a cultura popular e fazer desta um elemento de luta por uma sociedade justa.	Trabalha a cultura dentro de uma visão crítica e transformadora da sociedade.
Comunicação	Responsável pela elaboração de material informativo e de fazer contatos com outros órgãos parceiros e responder os questionamentos da imprensa	Disseminar pelo mundo as ideias revolucionária e /ou as reivindicações dos excluídos do mundo.	O setor de comunicação parte do princípio de que uma população bem informada é mais difícil de ser lesada.
Formação	Organizar grupo de estudo, busca convênio com o governo para capacitação dos beneficiários da reforma agrária.	Elevar o nível de conhecimento da população brasileira para esta ser capaz de lutar por seus direitos e cumprir seus deveres de cidadãos de forma consciente.	No desejo de atingir os objetivos são realizados cursos formais e informais em 70% das áreas do conhecimento tanto no Brasil quanto no exterior.
Projetos e Finanças	Elabora projetos para arrecadação de fundos, faz os repasses dos recursos e presta conta destes.	Assegurar autonomia financeira da organização e execução das atividades.	São celebrados convênios com os governos Federal, Estaduais, Municipais e com organizações não gov. nacionais e estrangeiras.
Produção	Organiza cursos de capacitação, a produção nos assentamentos e discute políticas de comercialização.	Organizar os meios de produção dos assentamentos da reforma agrária buscando assegurar a soberania alimentar.	Trabalha com os núcleos de famílias, com planejamento da produção respeitando os costumes das famílias e a aptidão natural do assentamento.
Cooperação e Meio Ambiente	Organiza cooperativas de assentados para comercialização dos produtos e trabalha as questões ambientais.	Fortalecer a renda das famílias de maneira economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta.	Busca repassar produtos ao consumidor livre de agrotóxicos e pelo preço justo, é orientado o cultivo de culturas que não causem tanto impacto ambiental.
Frente de Massa	Organiza os trabalhadores para fazer ocupação nas áreas improdutivas	Organizar os trabalhadores para fazer ocupação e montarem novos acampamentos.	Faz o trabalho de base com as famílias que desejam acampar e espera a vistoria do Incra a uma terra improdutiva.

Fonte: Secretaria Estadual do MST-PB, 2008
Org.: Mara Edilara Batista de Oliveira

1.3 A bandeira de luta do MST por educação e a consolidação do Setor de Educação na Paraíba

A educação se coloca para os movimentos sociais no campo, e especificamente para o MST, como um elemento fundamental no complexo desenvolvimento territorial da suas lutas. A educação é entendida também como um processo de formação humana na territorialização e espacialização do MST nos distintos estados da Federação Brasileira.

O MST tem duas frentes educativas: uma reside em seu caráter formativo e a outra na luta de resistência e permanência de escolas de qualidade que busquem uma educação diferenciada nos acampamentos e assentamentos rurais do movimento.

Quanto ao caráter formativo, partimos do princípio de Gohn (2005), quando ela afirma que “nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo, e o educativo surge de diferentes fontes” (p. 50), as quais podem ser resumidas em: aprendizagem gerada com a experiência de contato com as fontes de exercício do poder; aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; aprendizagem das diferenças existentes na realidade social; aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento; aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2005).

Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso da classe trabalhadora, no sentido de atingirem seus objetivos. Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído da classe capitalista. Desta forma, fragilizar os movimentos sociais se torna uma busca incessante do Estado, principalmente a partir de mudanças reformistas como foi o Programa EDURURAL na década de 1980.

O MST enquanto movimento social tem o seu caráter educativo. Segundo Caldart (1997),

O MST enquanto movimento de luta social e enquanto organização política dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, é o grande Educador/Formador de quem nele participa ou com ele se envolve, devendo, portanto, ser o polo propulsor do despertar da luta em busca de uma nova sociedade (p. 16).

Para os militantes do MST, o movimento educa as famílias que o integram à medida que as colocam como sujeitos enraizados no movimento da história. Segundo Caldart (2004), mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, cada vez que toma parte das ações do

MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano. Identidade aqui entendida como o movimento das negações constantes, seja na sua contradição principal, que é a de classes, seja nas demais contradições. Sobre isso Bogo (2008) levanta:

A questão da identidade está primeiramente ligada à categoria dialética “unidade e luta dos contrários”. Uma coisa não pode existir sem que haja o seu oposto, e somente pode se chegar à verdade, quando se conseguir encontrar o seu contrário assim como vida e morte, senhor e escravo, burguesia e proletariado. Estas são contradições que se enfrentam, por isso, uma, mesmo sendo oposta à outra, depende dela para existir com suas próprias características, novos contrários aparecem interligados (p. 27).

Nesse sentido é que se diferenciam os movimentos de classe e os movimentos populares:

Os movimentos que se estruturam a partir de objetivos táticos e estratégicos caminham para formar a organização política de sua força e a constituição de sua classe social, como é o caso dos trabalhadores sem-terra que, ao se organizarem, entram para a classe camponesa. Por sua vez, os movimentos populares tendem a alcançar os objetivos táticos e se dissolvem, tendo em vista que deles participam vários grupos, em que o determinante é a identidade temporária como objeto (BOGO, 2008, p. 100).

Na construção desse processo de formação humana, o MST vem criando uma *pedagogia do movimento*, que, segundo Caldart (2004), é uma pedagogia que nos permite olhar para o processo de formação dos sem-terra como um processo educativo, e mais que isso, convidando a pensar na escola como um dos momentos/espaços do processo educativo. Nessa prática pedagógica, o principal objetivo é recuperar a visão de educação como formação humana; da escola como um dos tempos e espaços dessa formação e; da teoria pedagógica, cujo objetivo é a compreensão do que é constituído como ação educativa e cultural, da socialização e formação de identidades, saberes, valores, da construção e apreensão do conhecimento. Como afirma Caldart (2004):

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem-terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se filiar a uma delas, o MST tenta pôr todas elas em movimento e

deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro (p. 98).

A pedagogia do MST foi construída de acordo com as necessidades de adequação de pedagogias já construídas ao modo de vida dos sem-terra, desde o momento do acampamento ao momento do assentamento. Fazia-se necessária, portanto, uma escola que acompanhasse esse movimento e sua mobilidade espacial a cada ocupação ou qualquer outro momento de luta pela terra, formada por práticas educativas que incorporassem a transformação do movimento a cada passo dessa luta. Além dessa necessidade de acompanhar o movimento, a escola, para o MST, vai muito além da sala de aula: todo o seu processo de formação se dá durante a mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras, a “lida” com a terra, as passeatas, o próprio processo de ocupação e demais processos de luta, tudo isso é considerado como ato educativo (CALDART, 2004).

A frente de luta de resistência e permanência das escolas nas áreas de acampamentos e assentamentos do MST, de acordo com sua história de luta no campo brasileiro, teve início desde o momento em que os trabalhadores sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas no campo, e isso aconteceu quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra.

As famílias sem-terra mobilizaram-se pelo direito à escola no campo brasileiro, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua história de permanência e resistência no campo. Essas famílias tomaram para si a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nessa perspectiva. E a criação de um Setor de Educação dentro do MST, em 1987, formaliza o momento em que esta tarefa foi formalmente assumida.

Para o MST, é importante que os filhos dos agricultores permaneçam no campo e continuem a luta pelo acesso à terra partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma Reforma Agrária, e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é considerada fundamental nesse processo, pois “é a escola que garante o aprendizado da tradição” (BOGO, 2008, p. 108).

Por um lado a tradição é apreendida pela convivência, por outro, o ensino nas escolas nem sempre valoriza os aspectos culturais do meio. No Brasil a educação para áreas rurais sempre foi colocada em segundo plano. Embora o Brasil tenha elaborado a sua primeira Cons-

tituição em 1824, somente em 1934, mais de cem anos depois, a educação para a área rural mereceu destaque, isso porque naquele período iniciava-se a industrialização do Brasil e para a implantação do uso de máquinas exigia-se trabalhadores alfabetizados. Segundo Bogo (2008), era preciso preparar força de trabalho antes de arrastá-la dos campos para as fábricas.

Para o pensamento da classe capitalista latifundiarista, no Brasil durante o processo de modernização do campo, a escolarização dos camponeses não era necessária, por estes terem habilidade ao cultivo com técnicas rudimentares. Quando a educação dos camponeses passou a ter alguma importância, foi por interesses meramente econômicos por parte dos capitalistas (BOGO, 2008).

Mas isso não se deu sem conflito. Antes mesmo do movimento revolucionário de 1930, quando começaram as reformas de ensino em todo o país, já havia pressões localizadas, como a que ocorreu em 1920, em São Paulo, com a modernização de métodos pedagógicos e o incremento de escolas rurais, depois no Ceará, Minas Gerais e Distrito Federal, em 1928 (CANDIDO, 2003).

Porém, apenas com a Constituição de 1934 pode-se perceber uma preocupação do Estado para a educação em zonas rurais, devido principalmente ao processo iminente de industrialização e maquinização na cidade, que necessitava de homens, que migrariam do campo para a cidade, com o mínimo de estudo para assumir esses novos postos de trabalho que essa transformação nas forças produtivas exigia nos espaços urbanos. Sobre isso Bogo (2008) ressalta:

A Constituição de 1934 dedicou um parágrafo, no qual se acentuou a importância de dedicar 20% das cotas de recursos destinadas à educação para zonas rurais. Na verdade, o interesse das empresas urbanas não era nada humanizador, mas de dar um mínimo de capacitação para os futuros migrantes que deveriam, ao menos, conhecer as letras para servirem ao sistema de industrialização que se iniciaria a partir de 1930 (p. 110).

Atualmente a educação para as comunidades rurais continua sendo dever e obrigação do Estado, porém as escolas que atendem essas comunidades, em sua maioria, não estão localizadas nessas áreas, mas sim nas cidades. Assim, tendo que se deslocar por grandes distâncias, muitos trabalhadores camponeses desistem de continuar os estudos, essa é a realidade que encontramos nas áreas rurais da Paraíba, assim como em várias outras regiões do Brasil. Bogo (2008), ao falar sobre isso, ressalta a dificuldade desses trabalhadores de chegar ao nível médio de ensino nesse país:

Mais recentemente já na década de 1990, com o fulgor do modelo neoliberal, a educação continuou sendo obrigatória e dever do Estado, mas realizada fora do universo rural. Criaram-se verdadeiras indústrias de transporte para deslocar diariamente as crianças e adolescentes de seus locais de origem para as escolas de ensino médio mais próximas, centralizadas em povoados e cidades (p. 110).

Outra problemática está ligada não só a extinção das escolas, enquanto espaços físicos, no campo, mas também do conteúdo próprio para a formação dessa classe trabalhadora no campo. Isso decorre principalmente devido aos currículos serem empurrados “de cima para baixo” pelas secretarias de ensino nas escolas, seja no campo seja na cidade, sem levar em consideração suas particularidades locais.

Lutar por uma educação de qualidade, ligada à organização de classe, é desafiar o poder da dissolução da escola e do sistema educativo, e construir um novo sistema ligado à cultura dos trabalhadores camponeses e de suas comunidades. Esta tomada de consciência por parte dos movimentos sociais no campo brasileiro ocorre diante da realidade educacional presente nas escolas dos assentamentos rurais, ou da inexistência de escolas nessas áreas, realidade esta que deve ser analisada com mais profundidade neste momento.

Capítulo 2

O descompasso educativo histórico e
espacial no campo brasileiro: impasses
e desafios na construção do paradigma
da Educação do/no Campo

2 O DESCOMPASSO EDUCATIVO HISTÓRICO E ESPACIAL NO CAMPO BRASILEIRO: IMPASSES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Querido MST,

Somos filhos e filhas de uma história de lutas. Somos um pedaço da luta pela terra e do MST. Estamos escrevendo esta carta pra dizer a você que não queremos ser apenas filhos de assentados e acampados. Queremos ser Sem-Terrinha, pra levar adiante a luta do MST. (Carta do Sem-Terrinha ao MST. Esteio, RS, 12 de outubro de 1999)

A prática educativa para o MST é considerada como um dos momentos da luta e da resistência da classe trabalhadora no campo. É através da educação que o MST vem se construindo como *ser Sem-Terra*¹⁸, por meio das práticas pedagógicas voltadas para sua afirmação como forma de organização da classe trabalhadora e sem-terra no campo hoje. A educação é um processo de formação do ser, ou seja, é através dela que a luta pela Reforma Agrária e pelos demais objetivos do movimento podem permanecer nos Sem-Terrinha, os filhos e filhas das famílias trabalhadoras que lutam pela terra, que querem, como diz a epígrafe, levar adiante a luta do movimento. É educando que a luta, para os militantes do MST, continuará.

A prática de uma pedagogia concreta e a criação/efetivação de uma Educação do Campo são mecanismos/processos/movimentos/momentos da afirmação da classe trabalhadora no campo. Seja sob a mobilização do MST seja sob a mobilização de outras frentes que fazem do movimento social no campo hoje um sujeito “modificador”, múltiplo, em relação à plasticidade que o trabalho apresenta hoje (THOMAZ, 2009), ou seja, nas diversas facetas que o mundo do trabalho no campo engloba – como bóias-friis, assalariados temporários, trabalhadores informais, diaristas – a educação é a expressão de sua resistência.

Entendemos que as condições educacionais no campo, no Brasil, devem ser analisadas à luz do processo de construção histórica do espaço agrário onde se localizam, hoje, as diferentes relações de trabalho vivenciadas no campo brasileiro. O esquecimento desse espaço sob

¹⁸ Segundo Caladart (2004), o movimento produz através da sua concepção educativa uma identidade que é a do *ser Sem-Terra*; esta identidade não é atribuída ao trabalhador que está somente lutando por uma terra para si, mas sim por uma luta maior: uma luta por terra para todos. O movimento não constrói uma nova identidade cultural ao sem-terra, pois não se pode modificar uma identidade cultural sem modificar o local em que esse ser está inserido e sem modificar os seus objetivos, os sem-terra vão continuar sendo trabalhadores rurais inseridos, portanto, no campo. Na verdade, somam-se às suas identidades novas identidades. A ideia de cooperativo e coletivo vem de uma construção anterior ao momento assentamento, no momento acampamento, e no momento em que esses trabalhadores se inserem em uma luta que é coletiva: a Reforma Agrária. Com as ideologias do cooperativismo/coletivo, o movimento tenta não deixar morrer essa luta, que é maior, e que só através do coletivo poderá ser alcançada (OLIVEIRA, 2007).

o olhar “desenvolvimentista” durante os sucessivos governos, onde a cidade é considerada o espaço responsável por esse desenvolvimento, levaram ao esquecimento também da estrutura educacional adequada a essa classe trabalhadora que vive e se reproduz no campo.

2.1 Do descompasso educativo histórico/espacial do campo à construção do projeto de Educação do/no Campo

A realidade presente nas escolas dos assentamentos do MST¹⁹ na Paraíba é um reflexo histórico das condições educacionais no campo, representadas nas diferentes escalas geográficas (regional, estadual e municipal) no Brasil, por meio do descaso do Estado às reais necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra.

Por muitos anos, a educação e o ensino de qualidade no espaço agrário foi negado pelos poderes públicos no Brasil. Com a análise de várias pesquisas realizadas no âmbito da educação no Brasil, e dos dados apresentados pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Inep, como o “Mapa do analfabetismo no Brasil – 2008”²⁰ e de dados do Censo Escolar da Educação Básica publicado pelo Inep (2008), constatamos que comunidades rurais, em especial as inseridas no contexto da luta pela terra, assentadas em projetos de Reforma Agrária, estão à margem de uma educação completa e de qualidade.

As taxas de analfabetismo²¹ no campo demonstram essa realidade. No Brasil a taxa de analfabetismo da população rural em 2001 era de 40,7%, bem superior à taxa de analfabetismo da população urbana para o mesmo ano, que era de 18%, como pode ser visto no gráfico a seguir.

¹⁹ Para esse estudo consideramos Assentamentos do MST aqueles que tiveram, em algum momento do processo de luta ou de conquista da terra, a participação, a mobilização e participação do Movimento.

²⁰ Este documento se utiliza de dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001, realizado pelo IBGE. Este documento apresenta uma análise sobre o analfabetismo no Brasil, suas causas e consequências; trata-se, portanto, de um esforço inicial de reflexão sobre os dados apresentados neste documento. A proposta desse documento é subsidiar a implantação das políticas para a erradicação do analfabetismo encabeçadas pelo Ministério da Educação (Mapa de Analfabetismo no Brasil/Inep - 2008).

²¹ O Inep considera o analfabetismo a partir da contagem de jovens e adultos (de 15 anos de idade ou mais) que não sabem escrever seu próprio nome.

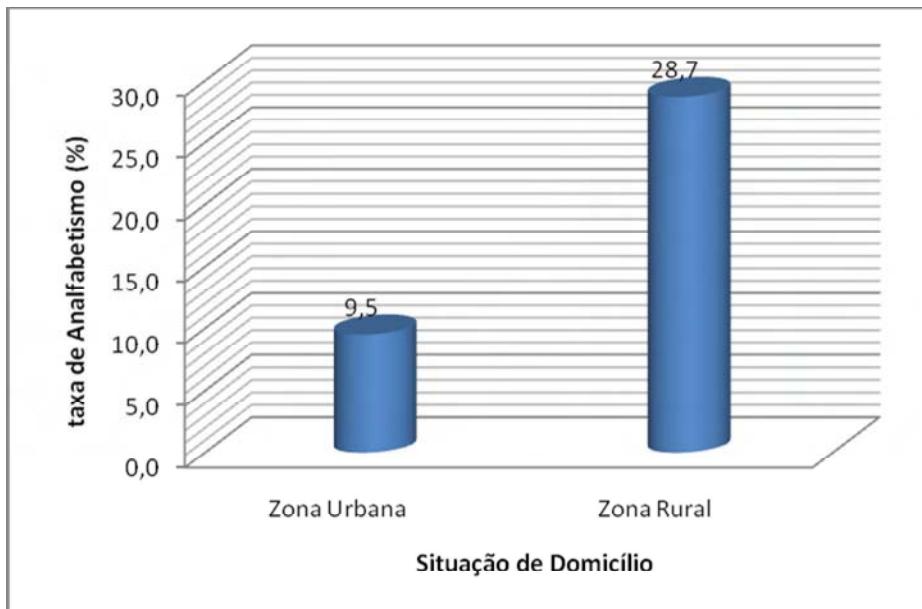


Gráfico 01: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos no Brasil, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008

Fonte: Pesquisa realizada pelo Inep (2008), Mapa do Analfabetismo no Brasil, baseado no PNAD, 2001.
Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

As desigualdades sociais e regionais no Brasil, em relação ao analfabetismo de jovens e adultos, no campo ou na cidade, revelam o desenvolvimento desigual do seu espaço. Sabe-se ainda que é intensa a relação entre as desigualdades econômicas e sociais, historicamente sofridas pelos sujeitos do/no campo, e a ausência do direito à educação no território rural. Desta forma, segundo o Inep (2008), as regiões de maior desigualdade social no Brasil são as que apresentam os piores indicadores de analfabetismo, como mostra a Tabela 05.

Tabela 05: Taxa de analfabetismo da população brasileira de 15 anos ou mais, segundo as grandes Unidades Geográficas – 1996, 1998 e 2001.

Unidade Geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte*	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

*Nota: A pesquisa não foi realizada nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: IBGE, PNADs de 1996, 1998 e 2001

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira, 2009

A Região Nordeste tem a maior taxa de analfabetismo do país, superando a média nacional, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos jovens e adultos, o que corresponde a 50% do total de analfabetos do país. Esses resultados se agravam quando comparamos as taxas de analfabetismo no campo em relação à cidade; 40,7% dos jovens e adultos que vivem no campo no Nordeste são analfabetos, como mostra o Gráfico 02:

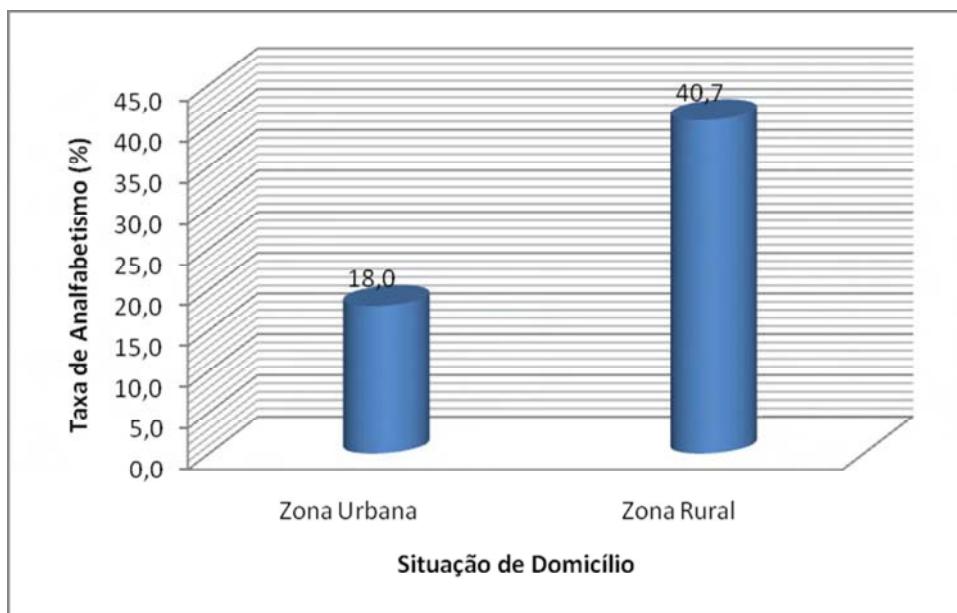


Gráfico 02: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos no Nordeste, segundo a situação de domicílio, Inep – 2008

Fonte: Pesquisa realizada pelo Inep, 2008, Mapa do Analfabetismo no Brasil, baseado no PNAD/IBGE, 2001.
Org.: Mara Edilara B. de Oliveira, 2009

Segundo Molina et al. (2009), a problemática no tratamento de dados da população analfabeta ainda reside nos diferentes critérios utilizados para delimitar o rural e o urbano no Brasil. Ao considerar apenas critérios oficiais estabelecidos, a população rural refere-se a um universo de 31,4 milhões de pessoas, o que corresponderia a 16,5% da população.

Sabemos, pois, que esta porcentagem se apresenta como um número bastante reduzido para a realidade das famílias brasileiras. É importante ressaltar que existe no Brasil um número considerável de cidades com características especificamente rurais; seria errôneo considerar que 81,2% da população brasileira é urbana. Isso dificulta a elaboração de políticas públicas voltadas para a classe de trabalhadores rurais que é muito maior do que retratam os dados (MOLINA et al., 2009).

No campo na paraibano as taxas de analfabetismo de jovens e adultos são bastante elevadas, como pode ser visto na Tabela 06. A Paraíba é o quarto estado com maior taxa de

analfabetismo do Nordeste com 42,2 % da população rural, ficando atrás de Piauí com 49,2%, Alagoas com 47,3% e Sergipe com 43,8%.

Tabela 06 – Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais no Nordeste, segundo as grandes Unidades da Federação – 2001

Nordeste /Unidades da Federação	Urbana	Rural
Maranhão	18,1	34,7
Piauí	18,8	49,2
Ceará	19,1	43
R. G. do Norte	18,9	39,8
Paraíba	22,4	42,2
Pernambuco	16,4	40,5
Alagoas	23,3	47,3
Sergipe	16	43,8
Bahia	15,7	38,6

Fonte: IBGE, PNAD de 2001.

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira, 2010.

Segundo dados da PNAD 2001, 28% da população da Paraíba é considerada população rural, desse total 42,2% dos jovens e adultos residentes na zona rural são analfabetos²², ou seja, não sabem ler nem escrever o próprio nome como mostra o Gráfico 03.

²² Enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade econômica (Inep, 2008).

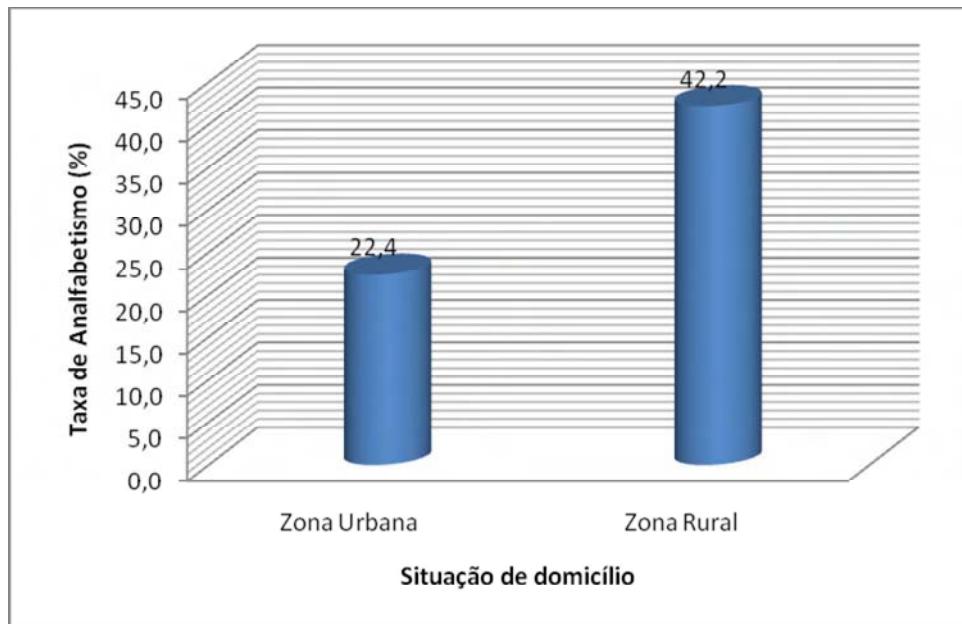
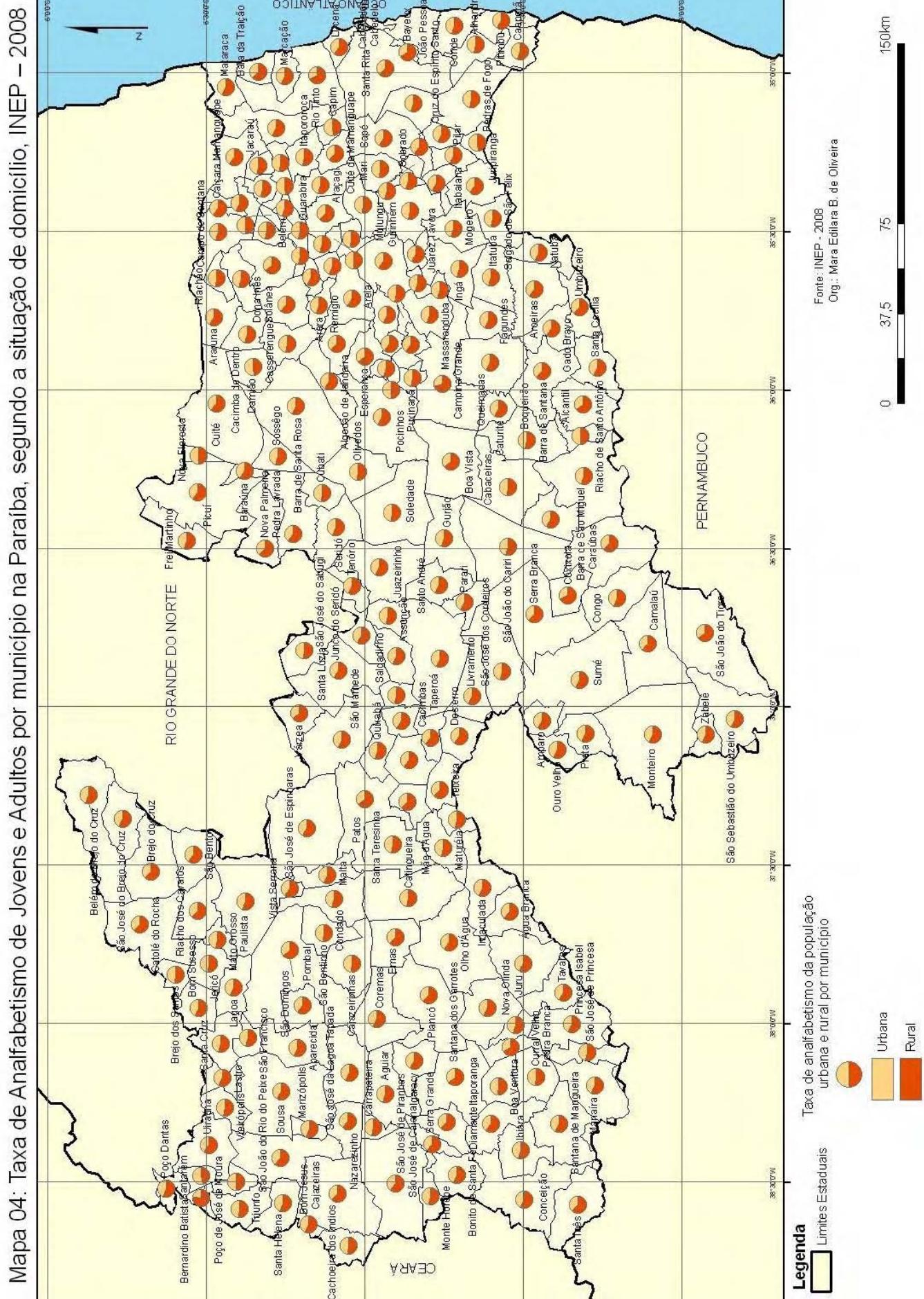


Gráfico 03: Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos na Paraíba, segundo a situação de domicílio, INEP- 2008

Fonte: Pesquisa realizada pelo INEP 2008, Mapa do Analfabetismo no Brasil, baseado no PNAD 2001.

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

Se levarmos em consideração as taxas de analfabetismo por município, calculadas a partir do somatório da população analfabeta na zona rural e urbana, como mostra o Mapa 04, veremos que no ano de 2001, todos os municípios da Paraíba, apresentam taxas na zona rural superiores a 50%, enquanto que na zona urbana a média é de 20%. Podemos destacar ainda no Mapa 04 municípios como Bernardino Batista no Sertão da Paraíba; Campina Grande, Boa Vista, no Agreste; Lucena, Marcação, Bayeux, Santa Rita, Baía da Traição, na Mata Paraibana, região que apresenta o maior número de municípios, onde a taxa de analfabetismo ultrapassa a taxa de 60%.



Outro agravante que encontramos no campo, como tentativa de reverter esse quadro tão amplo de analfabetismo, é o de as crianças do campo terem que se deslocar até as cidades para ter acesso às escolas. Esses acessos são precários, como: ônibus em péssimas condições cedidos pelas prefeituras locais, pau de arara, bicicleta, jegue, motos, ou ainda, quilômetros seguidos a pé. A Figura 02 mostra alguns dos tipos de locomoção que os alunos/as utilizam para chegarem até a escola.



Figura 02: Tipos de transportes utilizados por alunos/as para chegarem às suas escolas, nas áreas de assentamentos rurais na Paraíba

Fonte: Trabalho de campo, março de 2009

Fotografias: Mara Edilara Batista de Oliveira

A partir de dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica – 2008, o Gráfico 04 mostra que apenas 11% do número de alunos matriculados neste ano são de escolas municipais e estaduais de ensino infantil localizadas na zona rural da Paraíba, enquanto 89% desse número estão matriculados em escolas localizadas na zona urbana.

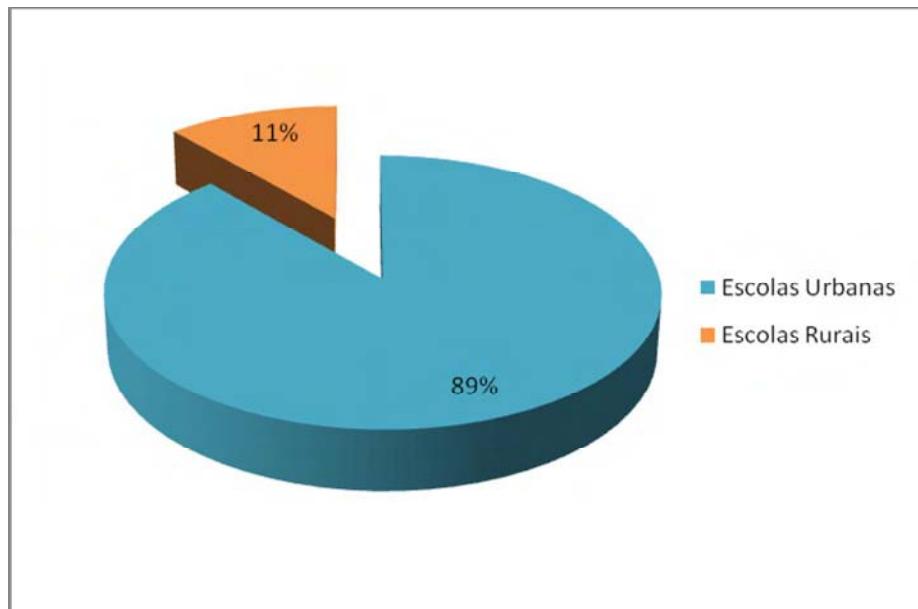


Gráfico 04: Percentual dos alunos matriculados em escolas localizadas na zona urbana e rural na Paraíba – Ensino Infantil, Inep - 2008

Fonte: Censo escolar de 2008, Inep

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira, 2009

Quanto ao número de matriculados em escolas que oferecem Ensino Fundamental Completo²³ na Paraíba, apenas 23% destes estão no campo, como pode ser observado no Gráfico 05. É condição histórica do desenvolvimento desigual e combinado que as escolas localizadas em áreas rurais ofereçam apenas o nível de escolaridade do Fundamental I (1º ao 5º ano), decorrendo deste motivo a baixa porcentagem do número de alunos matriculados em escolas localizadas na zona rural, exatamente pelo pequeno número de escolas localizadas na zona rural que ofereça esse nível escolar.

Outra problemática que influencia nessa baixa porcentagem de alunos matriculados em escolas com fundamental completo na zona rural, é que muitas das famílias ainda acreditam que as escolas da cidade oferecem um melhor nível de ensino para essas crianças, é também fruto da condição histórica de esquecidos o fato de as famílias do campo mandarem as crianças para estudar nas cidades quando se passa para esse nível escolar do Fundamental II (6º ao 9º), em ônibus disponibilizados pelas prefeituras que transportam esses alunos das áreas rurais para as cidades. Para as prefeituras locais é muito menos oneroso disponibilizar esses tipos de transportes do que manter escolas de grande porte para as diferentes áreas da zona

²³ A educação brasileira é dividida em três níveis, com diversos graus em cada divisão: O Ensino Fundamental (o primeiro nível educacional); o Ensino Médio e o Ensino Superior. O Ensino Fundamental possui uma organização convencional que acaba caracterizando-o em dois ciclos. O primeiro, que corresponde aos primeiros cinco anos (chamados anos iniciais do ensino fundamental), é desenvolvido, usualmente, em classes com um único professor regente. O segundo ciclo corresponde aos anos finais, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por uma equipe de professores especialistas em diferentes disciplinas (www.mec.gov.br).

rural; concentrando todos na cidade, fica menos dispendioso para o governo manter o seu controle na educação ofertada.

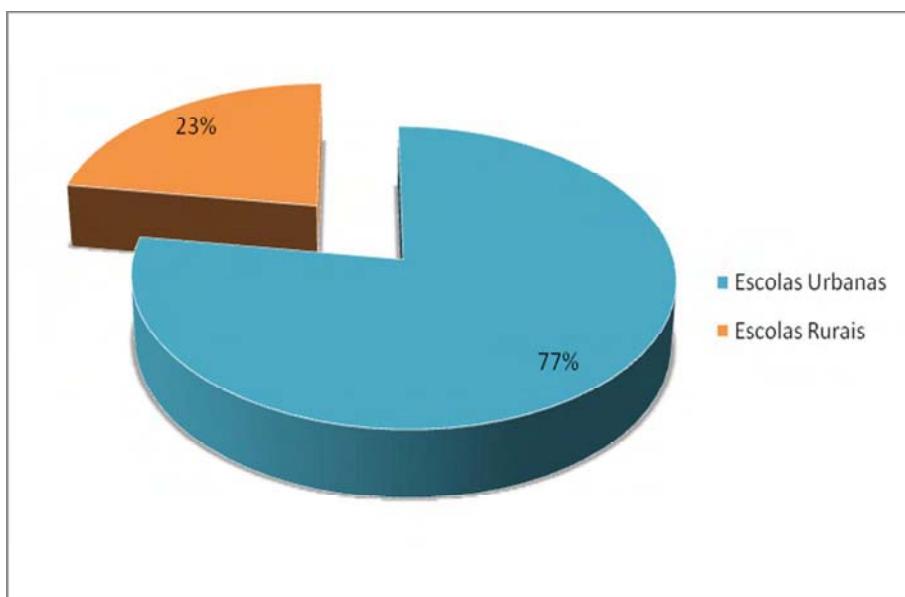


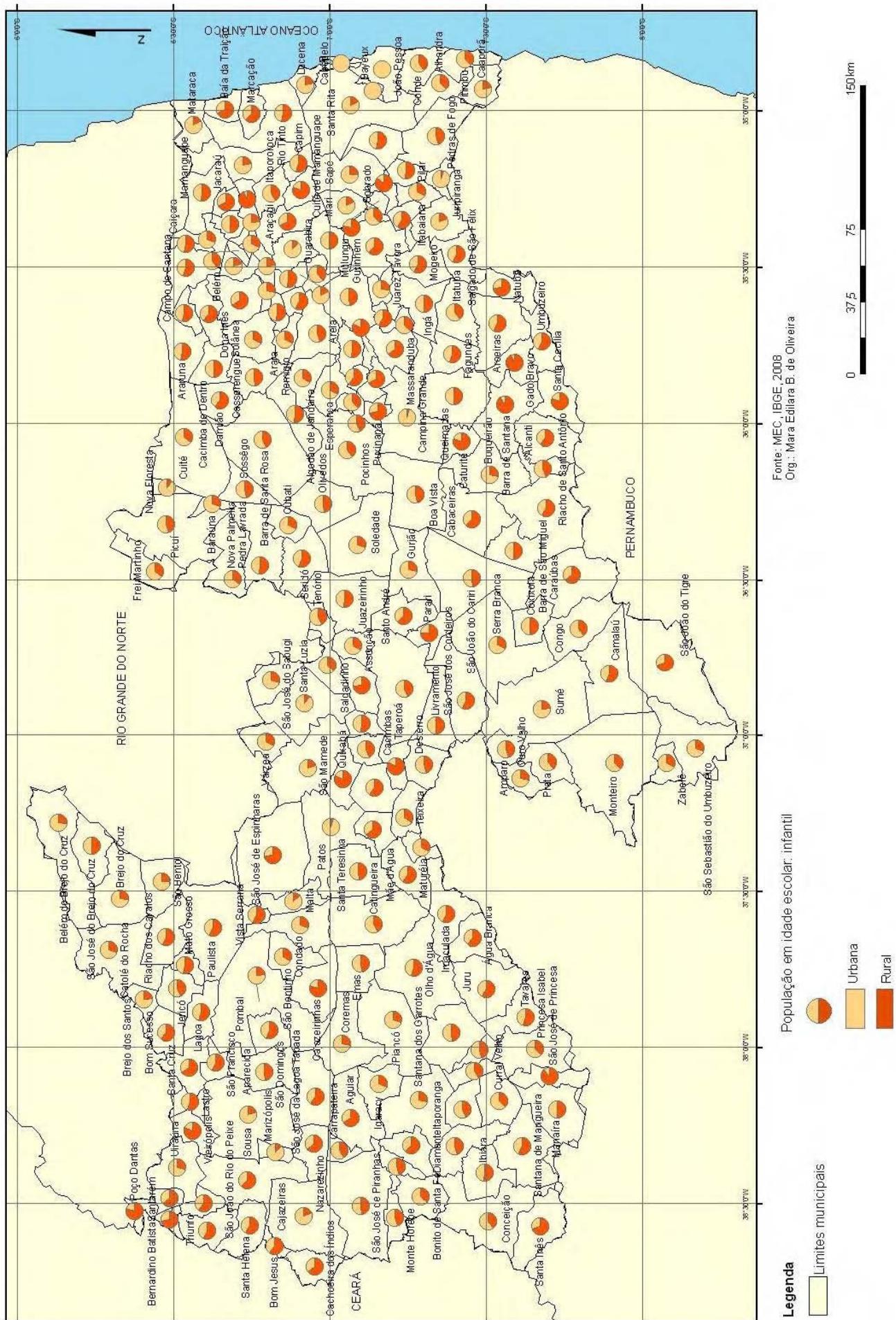
Gráfico 05: Percentual dos alunos matriculados em escolas na zona urbana e rural na Paraíba – Ensino Fundamental, Inep – 2008

Fonte: Censo escolar de 2008, INEP.

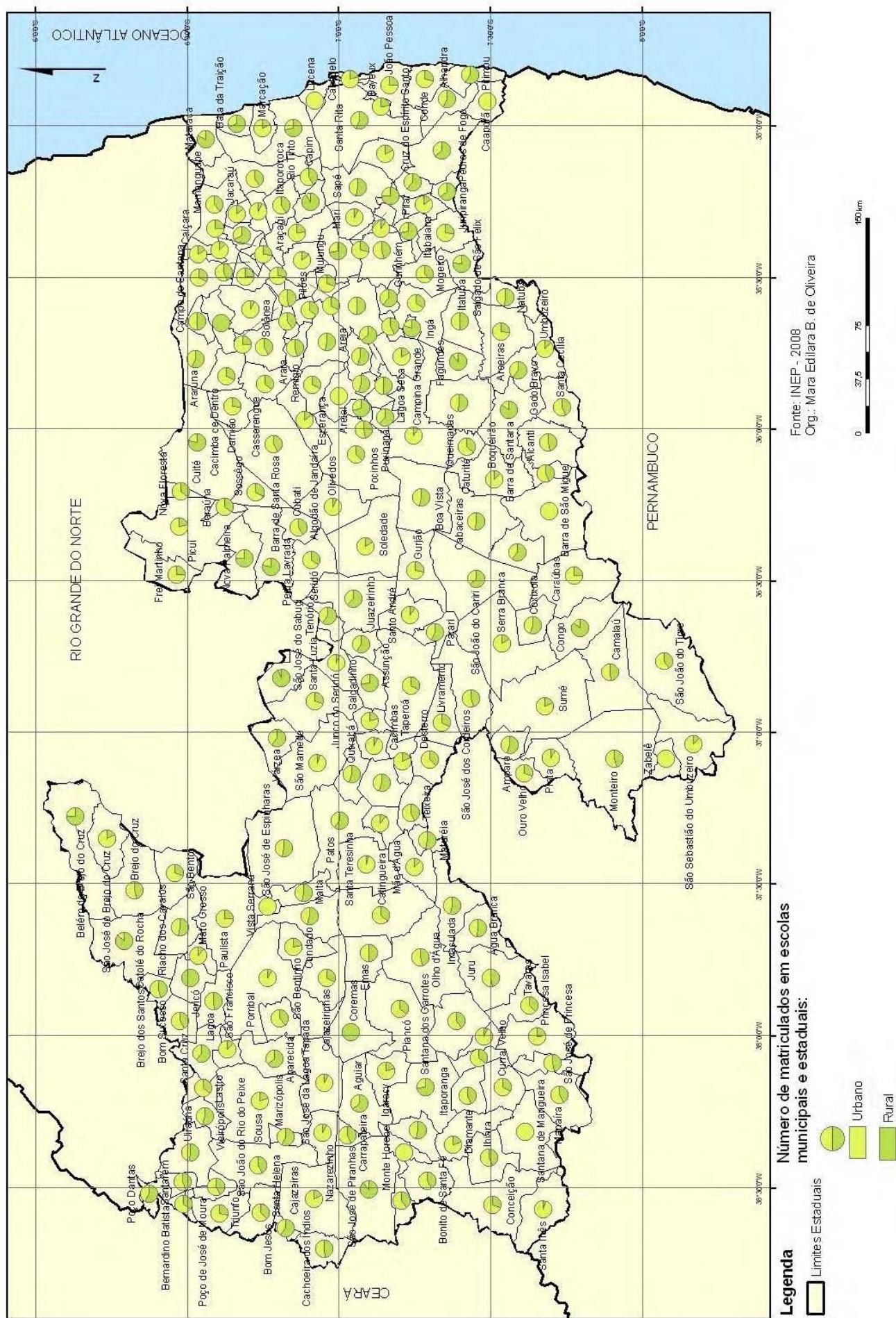
Org.: Mara Edilara B. de Oliveira, 2009.

Se considerarmos os dados de número de matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental por municípios na Paraíba, percebemos que mais de 70% dos municípios apresentam um número de matriculados na zona rural inferior a 50%, como pode ser visto nos Mapas 05 e 06. Percebemos ainda que essa porcentagem é maior se considerarmos o Ensino Fundamental, como mostra o Mapa 06. É preciso considerar que as escolas do campo na Paraíba, em sua grande maioria, apenas fornecem o Ensino Infantil. Isso tem implicações diretas com o nível de formação/educativo médio que hoje se tem no campo. A ausência de outros níveis escolares nas áreas onde residem as famílias de trabalhadores rurais faz com que as crianças, em idade escolar, tenham que se deslocar até as cidades, em condições como as anteriormente citadas.

Mapa 05: População em idade escolar rural e urbana por município na Paraíba: Ensino Infantil, 2010



Mapa 06: Relação de número de matriculados na Ensino Infantil em escolas localizadas na zona urbana e rural por município na Paraíba, INEP – 2009



Segundo dados do MEC (2008), mais da metade dos 223 municípios na Paraíba, possuem maior número de alunos em idade escolar do Ensino Infantil (4-5 anos) residentes em áreas rurais, como mostra o Mapa 05. Ao analisarmos o Mapa 06, e compará-lo com o Mapa 05, destacamos os municípios que possuem mais da metade do número de alunos em idade escolar do Ensino Infantil que vivem no campo e, ainda assim, mais da metade do número de alunos, residentes nesses municípios, estão matriculados no Ensino Infantil em escolas localizadas na zona urbana, o que pode ser visto na Tabela 07, este grupo comporta o número de 31 municípios em todo o estado.

Tabela 07: Municípios que possuem população rural em idade escolar do Ensino Infantil superior a 50% na Paraíba e alunos matriculados na zona urbana também superior a 50%, e as respectivas taxas percentuais – 2010

	Municípios	População rural (%)	Alunos matriculados em escolas na zona urbana (%)
1.	Alcantil – PB	61	54
2.	Algodoão de Jandaíra – PB	52	86
3.	Cacimba de Dentro – PB	50	52
4.	Camalaú – PB	56	66
5.	Campo de Santana – PB	56	52
6.	Caraúbas – PB	66	59
7.	Conceição – PB	79	63
8.	Dona Inês – PB	61	100
9.	Ibiara – PB	51	55
10.	Imaculada – PB	58	57
11.	Lagoa – PB	54	52
12.	Lastro – PB	55	50
13.	Livramento – PB	51	64
14.	Logradouro – PB	53	67
15.	Mulungu – PB	51	55
16.	Pilões – PB	58	64
17.	Pilõezinhos – PB	51	51
18.	Poço de José de Moura - PB	60	60
19.	Riachão – PB	53	84
20.	Riacho dos Cavalos - PB	57	56
21.	Santa Cruz – PB	65	57
22.	Santa Inês – PB	70	63
23.	São João do Tigre - PB	71	59
24.	São José do Bonfim - PB	64	54
25.	São José dos Ramos - PB	58	56
26.	São João do Tigre - PB	71	59
27.	São José da Lagoa Tapada - PB	71	92
28.	São José do Bonfim - PB	61	54
29.	Serra Redonda – PB	58	60
30.	Tavares – PB	55	63
31.	Umbuzeiro – PB	57	88

Fonte: IBGE, MEC,INEP, 2008.

Org.: Mara Edilara B. de Oliveira

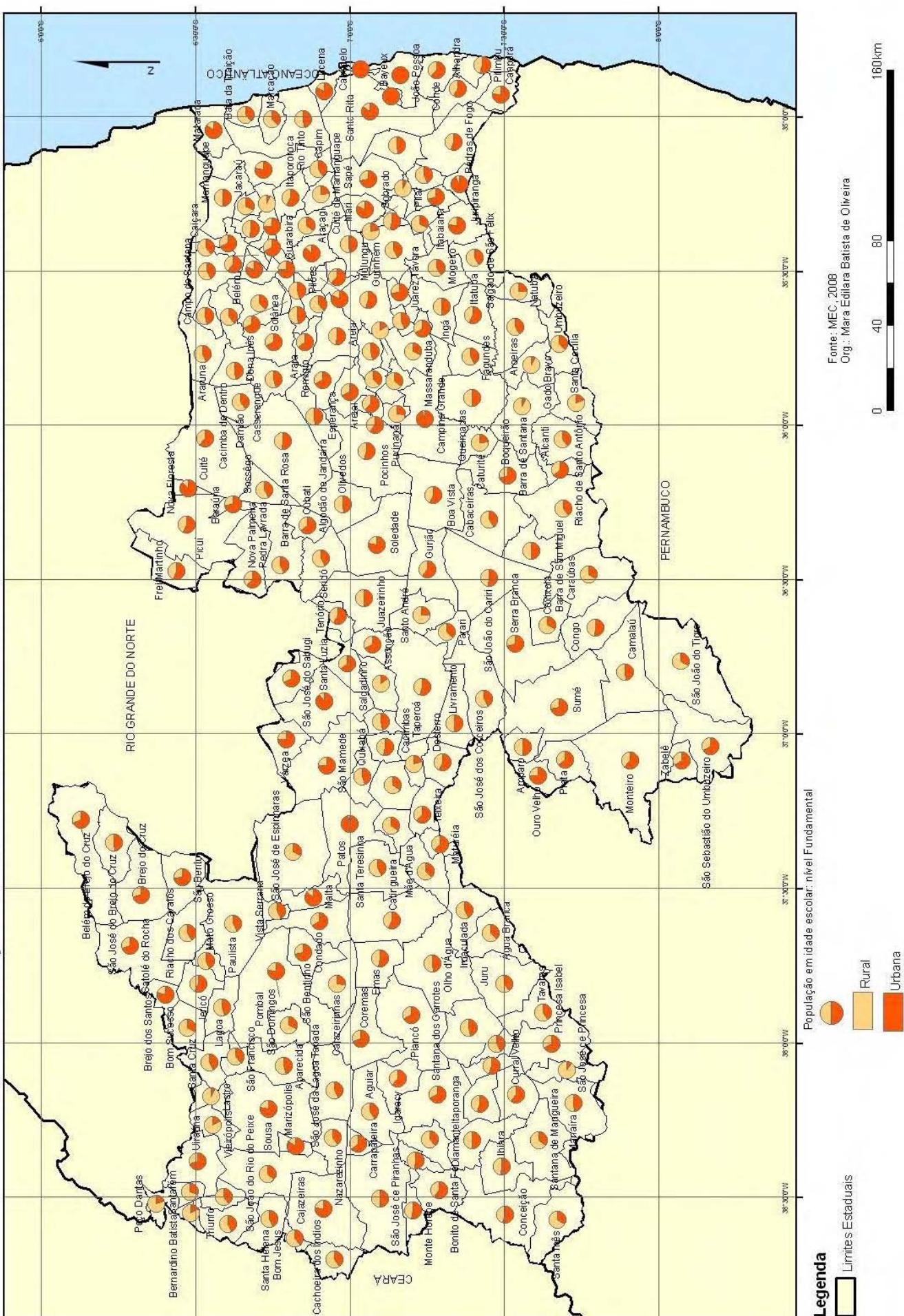
Podemos observar, desta forma, uma tendência dessas famílias rurais de matricular seus filhos em escolas localizadas na zona urbana. Isso pode decorrer de diversos fatores como: a preferência pelas escolas da cidade por acreditar que estas ofertam melhor ensino, e que apresentam melhores condições de infraestrutura; pela facilidade de acesso as escolas localizadas na zona urbana por oferta de transporte escolar; por as escolas localizadas no campo não comportarem este número de alunos em idade escolar apresentados pela Tabela 07; ou devido a distância das escolas de áreas rurais em relação as diferentes comunidades rurais e a inexistência de transporte para os alunos se deslocarem até elas; ou ainda por inexistir escolas nas áreas rurais desses municípios.

Segundo dados do MEC (2008) muitos desses municípios possuem maior número de estabelecimentos de ensino localizados no campo. Porém, devemos questionar que estrutura tem essa escola no campo? Muitas dessas escolas funcionam em prédios pequenos e arranjados, ou ainda em antigas casas de fazenda, com poucos espaços para funcionamento de turmas, comportando um pequeno número de alunos. Têm-se através desses dados a real necessidade de escolas que dêem suporte a essas crianças não só no Ensino Infantil, que é o básico da educação ofertada pelo estado, mas sim em todos os níveis de ensino.

Destacamos ainda nesta Tabela os municípios de Dona Inês e de São José da Lagoa Tapada que possuem quase o total do número de alunos nesta mesma faixa etária matriculados em escolas localizadas na zona urbana, mesmo possuindo um maior número de alunos nesta mesma faixa etária residentes no campo.

Já referente aos dados de alunos em idade escolar do nível fundamental de ensino (6-14 anos), ainda segundo dados do MEC (2008), mais da metade dos municípios na Paraíba possuem número de alunos em idade escolar do Ensino Fundamental que residem na zona rural superior a da zona urbana, como mostra o Mapa 07.

Mapa 07: População em idade escolar Rural e Urbana por município: Ensino Fundamental, 2010



Mapa 08: Relação do número de matriculados no Ensino Fundamental em escolas localizadas na zona urbana e rural na Paraíba, 2009

